

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Trabalho de rua: cotidiano e experiências dos
Trabalhadores Ambulantes na cidade de Uberlândia
1992-2003

LESTER JOSÉ DOS SANTOS

LESTER JOSÉ DOS SANTOS

Trabalho de rua: cotidiano e experiências dos
Trabalhadores Ambulantes na cidade de Uberlândia
1992-2003

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em História, do Instituto
de História da Universidade Federal
de Uberlândia, como exigência parcial
para obtenção do título de Bacharel
em História, sob a orientação do Prof.
Ms. Sérgio Paulo Morais

Uberlândia, julho de 2003

Santos, Lester José dos, 1972

Trabalho de rua: cotidiano e experiências dos Trabalhadores Ambulantes na cidade de Uberlândia 1992-2003.

Lester José dos Santos – Uberlândia, 2003

79 folhas

Orientador: Ms. Sérgio Paulo Moraes

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia

Palavras chave: cotidiano, experiências, controle

LESTER JOSÉ DOS SANTOS

Trabalho de rua: cotidiano e experiências dos
Trabalhadores Ambulantes na cidade de Uberlândia
1992-2003

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Sérgio Paulo Moraes - Orientador

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida - Examinador

Rejane dos Reis Rodrigues – Mestranda em História - Examinadora

DEDICATÓRIA

À minha esposa Leila Marta que durante estes anos na academia teve compreensão das dificuldades que encontrei neste árduo caminho, tendo zelado com muita dedicação de nossos filhos Guilherme, Larissa e Ana Laura.

Aos sempre companheiros de trabalho e faculdade Adalberto, Flávio e José Márcio, que contribuíram em muito com seu carinho e atenção, sempre que deles necessitei.

À minhas irmãs Lilian e Lívian pelo carinho, atenção e dedicação, sem os quais este trabalho não se realizaria, além da boa vontade de meu cunhado Neolan.

Especialmente a minha mãe Valdivina, meu muito obrigado, por todos os ensinamentos que me proporcionou nesta vida, que fizeram de mim a pessoa que sou, a todos seus conselhos sempre pertinentes, aos puxões de orelha nas horas certas.

Ao meu pai Valdir que esteja onde estiver estará contente pela passagem desta etapa da minha vida.

Somente através do amor, determinação e fé se consegue realizar um trabalho como esse, muito obrigado pelo carinho, alegria e emoção de cada instante. Que Deus ilumine o caminho de cada um.

Desejo a vocês, muita saúde e felicidades

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de mais nada a Deus, por me permitir chegar ao final desta etapa em minha vida, pedindo-lhe que me ilumine nos próximos passos.

Este trabalho não se realizaria sem o auxílio de muitas pessoas que direta e indiretamente me auxiliaram, portanto agradeço a todos que me ajudaram.

Agradeço imensamente ao Prof. Ms. Sérgio Paulo Morais, que durante este último ano, orientou-me acreditando em meu trabalho. Diga-se de passagem além da orientação, agradeço ao amigo pela compreensão e paciência em vários momentos.

A todos professores do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, que durante estes quatro anos e meio muito contribuíram em minha formação.

À Banca Examinadora, formada pelo Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida e pela mestrandia Rejane dos Reis Rodrigues, que se dispuseram a analisar este trabalho.

Ao sempre amigo João Batista, pela dedicação, boa vontade, paciência com que sempre me atendeu.

Aos técnicos do laboratório de informática do bloco H, André e Gilson, pela séria dedicação em ajudar alunos com dificuldades em lidar com computadores.

Obrigado e um abraço.

Mais Uma Vez

Renato Russo e Flavio Venturini

Mas é claro que o sol
Vai voltar amanhã
Mais uma vez, eu sei
Escuridão já vi pior
De endoidecer gente sã
Espera que o sol já vem
Tem gente que está do mesmo lado que você
Mas deveria estar do lado de lá
Tem gente que machuca os outros
Tem gente que não sabe amar
Tem gente enganando a gente
Veja nossa vida como está
Mas eu sei que um dia a gente aprende
Se você quiser alguém em quem confiar
Confie em si mesmo
Quem acredita sempre alcança
Mas é claro que o sol vai voltar amanhã mais uma vez, eu sei escuridão já vi
pior, de endoidecer gente sã espera que o sol já vem
Nunca deixe que lhe digam
Que não vale a pena Acreditar no sonho que se tem
Ou que seus planos nunca vão dar certo
Ou que você nunca vai ser alguém tem gente enganado a gente, veja nossa
vida como está mas eu sei que um dia agente aprende, se você quiser alguém
em quem confiar, confie em si mesmo, quem acredita sempre alcança, quem
acredita sempre alcança, quem acredita sempre alcança, quem acredita
sempre alcança

RENATO RUSSO

Sumário

Introdução-----9

Capítulo 1. A Praça Tubal Vilela e a questão da permanência dos Trabalhadores Ambulantes----- 25

Capítulo 2. Desvendando algumas facetas do complexo mercado da economia popular----- 45

Considerações Finais----- 73

Fontes -----75

Bibliografia-----77

Resumo

Este trabalho de monografia objetiva refletir sobre o cotidiano e as experiências dos trabalhadores ambulantes, procurando compreender o movimento de resistência e acomodação dos mesmos ao espaço urbano, bem como suas estratégias de sobrevivência na cidade de Uberlândia , durante a década de 90 e início do século XXI.

Busco analisar as transformações ocorridas no cenário urbano, com base nas relações estabelecidas entre Ambulantes e Prefeitura, sendo que esta última com uma legislação contraditória, procura coibir a atividade ambulante. Demonstro através do jornal Correio (que é uma fonte utilizada com restrições), o discurso por parte do poder público e, das elites locais, que objetiva controlar (disciplinar) o trabalho de rua e, a visão dos ambulantes com suas estratégias para burlar a fiscalização da prefeitura.

Através das fontes orais pode -se perceber as estratégias de sobrevivência desses trabalhadores que estão nas ruas da cidade, onde por meio de entrevistas percebe-se suas angústias, desilusões, motivos para estarem na atividade, enfim busco desvendar os significados das tensões e acomodações desses sujeitos sociais, tanto quanto as alternativas produzidas na vida cotidiana por estes trabalhadores que vivem deste ofício.

Os sujeitos sociais (Ambulantes) através suas resistências, acomodações, trajetórias de vida, percepções, experiências, demonstram maneiras de viver, usar e perceber o meio urbano, no qual através de suas ações, o transformam e modificam relatando as contradições existentes nas relações sociais. Procuro portanto privilegiar os ambulantes como sujeitos históricos, dotados de práticas e experiências (que em alguns casos são menosprezados pela historiografia, principalmente a economicista) trazendo à tona suas estratégias de vivência na cidade de Uberlândia.

INTRODUÇÃO

Procuro escrever esta monografia de uma forma menos formal, sem grandes neologismos, onde eu escrevo do meu mundo e você lê do seu, ou seja, quem está escrevendo é uma pessoa de carne e osso, que possui sentimentos, problemas, angústias, desilusões, tal qual qualquer pessoa.

Outro fator por ter optado por essa forma de tratamento, se deve ao fato de procurar uma forma de escrever que não seja impessoal e, de tornar a leitura agradável, não apenas alguma coisa que você lê por obrigação, este é meu jeito de escrever, minha forma de dialogar como mundo e, isso influencia na forma de compreendê-lo. Procuró escrever de uma forma que o leitor tenha prazer ao ler, talvez no decorrer desta leitura você até diga que está “didática demais”, mas essa é minha intenção.

Quando ainda estava cursando a disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História, apresentei um projeto que visava trabalhar com o “trabalho informal”, mas ocorre que este termo é de difícil conceitualização. Para se ter uma idéia nem mesmo os órgãos oficiais (IBGE) conseguem conceituar claramente essa terminologia. Daí ocorreu substituir o “trabalho informal” pelo trabalho de rua, visto que esta atividade de comércio ambulante se processa pelas ruas da cidade de Uberlândia.

Também ressalte-se que esta forma de conceituar uma atividade (trabalho informal), encaixa-se nos padrões propostos pelo meio acadêmico, econômico ou jurídico, pois, nesses parâmetros tornou-se comum delimitar o “informal” enquanto trabalhador desprovido de vínculos empregatícios.

A opção por este tema, surgiu pelo fato de verificar que pelas ruas da cidade, um número considerável de pessoas trabalham alijadas do “trabalho convencional” (carteira de trabalho assinada, direitos trabalhistas, seguro- desemprego) e, por isso procuro refletir sobre este fenômeno social.

Segundo informações colhidas em agosto/2002, num telejornal¹, em Uberlândia estimava-se haver uma população apta para o trabalho em torno de 270.000 pessoas, dessas 96.000 trabalhavam com carteira assinada. Calculava-se que 115.000

¹ Reportagem exibida dia 03 de agosto de 2002. MGTV 1ª edição.

trabalhassem nas ruas da cidade- vendedores de suco, vales-transporte, salgados, frutas de época, picolé, pipoca, enfim nas mais diversas atividades desenvolvidas por ambulantes - e, este número crescia devido as “altas taxas de desemprego”. Daí a necessidade de reflexão tendo em vista o número expressivo de pessoas envolvidas na atividade.

O local que decidi privilegiar na pesquisa(pois seria inviável percorrer toda cidade a procura de ambulantes), é a Praça Tubal Vilela, no centro da cidade. Esta escolha se deve principalmente pelo fato de que nesta praça encontram-se ambulantes que comercializam produtos diversificados(sobretudo vales-transporte e cartões telefônicos), onde no passeio da Av. Afonso Pena encontramos o maior numero desses trabalhadores, em virtude dos pontos de espera dos ônibus urbanos.

O recorte temporal, também sofreu influência da Praça Tubal Vilela, tendo em vista que no ano de 1992, efetivou-se uma reforma na mesma com a retirada dos ambulantes da área mencionada. O recorte chega a 2003, por causa das reportagens de jornal e entrevistas destes primeiros anos do século XXI.

Um dos objetivos principais deste trabalho, diz respeito a compreensão das práticas sociais desses trabalhadores e, como esses sujeitos históricos vivenciam as contradições existentes nas relações sociais. Além disso, procuro verificar as estratégias de sobrevivência, o comportamento frente ao controle do poder público, entre outros aspectos.

A partir desse momento apresento , alguns autores que com seus trabalhos contribuíram em muito, como referencial teórico no desenvolvimento dessa pesquisa.

Os homens vivem suas experiências como necessidades, aspirações, sentimentos, emoções, desejos, como sujeitos sociais que forjam, improvisam saídas, vivendo, se submetendo, enfim, numa relação contraditória que nos faz considerar a experiência como experiência de luta. O poder e a dominação não se localizam apenas no aparelho de Estado ou no nível econômico, existe todo um processo de disciplinarização necessária, que permeia toda a atividade social.

O termo grifado acima, precisa ser utilizado não como uma “camisa de força”, mas como algo que esteja em constante relação com as evidências encontradas. Este é um

caminho inspirado nas idéias de E.P Thompson², neste sentido, acredito ser mais adequado investigar as experiências destes trabalhadores a partir do modo como eles a compreendem. Deste modo, o centro das investigações seriam as práticas , os valores, enfim suas experiências nas suas diversas dimensões.

Thompson é um referencial teórico de suma importância neste trabalho, ele nos fez refletir sobre a importância do diálogo entre conceito e evidência, demonstrando que a pesquisa não é algo que possa estar pré -estabelecido, mas algo em construção e, o historiador é o sujeito e interlocutor nesse processo. Thompson, tendo como referência as necessidades básicas das pessoas: alimentação, consumo, moradia, enfim do que há em comum a toda sociedade e que faz parte do cotidiano das pessoas, demonstra como esse elementos relacionam-se com os padrões e as mudanças que sobrevinham, à medida que se desenvolvia o capitalismo com a Revolução Industrial.

Para Thompson as estatísticas não são suficientes para comprovar as condições de vida das pessoas, uma vez que a média desconsidera quem ganha pouco ou nada. É necessário “ver” na prática como essas pessoas travam a luta a fim de sobreviver.

As reflexões de Thompson têm como pressuposto a importância de tentar entender e discutir a vida dos trabalhadores, a moradia, o trabalho, os valores, as formas de convivência, enfim seus” modos de vida, sua cultura e experiência”.

É necessário ressaltar que Thompson estuda a constituição da classe operária inglesa no século XVIII, ou seja, por ser um outro país, uma outra cultura(sem desconsiderar suas reflexões), não pode-se apanhar suas discussões e aplicá-las a Praça Tubal Vilela, porque o autor nem soube da existência de tal praça. O que quero dizer é que é preciso respeitar as especificidades de cada local, pois sabe-se haver um hiato na análise de um país “berço da industrialização” e, outro que até fins do século XIX esteve num regime de escravidão.

Volto a dizer que Thompson é importante referencial por abordar questões até então menosprezadas pela Historiografia(moradia, consumo, experiências), trazendo à

² THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. Vol.II e III.

tona reflexões até então desprezadas. A professora Déa Fenelon³, aponta considerações que julgo importantes sobre Thompson:

“Thompson em sua obra A Miséria da Teoria⁴, faz um debate com Althusser, cuja discussão se centraliza na questão do objeto histórico(...) Procura mostrar que a classe se faz assim mesmo, isto é, está sempre presente no seu fazer, desenvolve as suas práticas e experiências na prática cotidiana(...) Segundo Thompson, é o fazer que identifica a classe, com homens reais, vivendo suas experiências cotidianas(...) Em a Miséria da Teoria, Thompson tem um capítulo sobre “O termo ausente em Marx: a experiência”. Ele levanta a importância da questão da experiência social vivida pelos indivíduos reais, no seu cotidiano(...) Aprendemos assim, com esse e com outros autores, a conceber a formação da sociedade como algo que diz mais respeito ao cotidiano da vida, das experiências”.

A professora aponta ainda que essas experiências, não podem ser traduzidas apenas através de movimentos políticos, partidos, sindicatos. “ O seu movimento no cotidiano, de se fazer historicamente, está presente em todas as ações, considerando que o movimento social é mais amplo que o operário”.

Déa demonstra ainda que os fatos, os documentos, existem como evidências dos acontecimentos e ainda, se referindo a Thompson, diz que os fatos não estão inseridos no social como fatos brutos, que basta apenas documentar e colecionar.

“Quem constrói os fatos é o historiador ;do seu diálogo com as evidências é que se produzem os fatos históricos, inseridos ou não no passado(...) Quem dá voz aos fatos é o historiador, interrogando as evidências.”

Voltando a temática das estatísticas, Déa analisa o fato de Thompson ter investigado um momento de crise na Inglaterra(século XIX), onde os trabalhadores modificaram seus hábitos alimentares, passando a consumir batatas em lugar do trigo. Com isso houve uma modificação nos hábitos alimentares dos operários, o que serviu como evidência para Thompson. “Em termos de vivência⁵ cotidiana, Thompson mostra, no sistema de valores do grupo, o que significou a expropriação, o desajuste social, a desvalorização social(...) O sentimento de perda do *status* social...”

³ FAZENDA, Ivani(org.). Pesquisa em História: Perspectivas e abordagens. In: **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1994. P-119-136.

⁴ THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.

⁵ O termo grifado “vivência”, na verdade, é tomado emprestado, conceitualmente de Thompson, por meio do conceito de experiência, utilizado por este autor de forma elástica na “ *forma como os trabalhadores sentem a realidade*”, por vezes é reduzido a “*forma pela qual os trabalhadores vivem seu cotidiano*” por meio de elementos bem demarcados como o “*lazer, a religião, o trabalho, a escola*” etc.

Os comentários que teci sobre Thompson, juntamente com as colocações imprimidas pela professora Déa, deixam claro a importância do trabalho do autor para historiadores(que como eu) procuram refletir sobre o cotidiano e as experiências dos trabalhadores(título do trabalho).

Partindo do que foi apresentado acima, procuro não ter certezas prévias, conclusões apressadas e generalizantes, que são facilmente questionáveis pelas experiências múltiplas e instigantes dos trabalhadores ambulantes.

Trazer para a cena histórica agentes sociais antes relegados e valorizar-lhes o saber e a experiência de vida, auxilia na resposta a demandas da História. História esta que é a experiência humana, portanto contraditória, sem sentido único, homogênea, linear. Ao historiador cabe explicar os mecanismos que asseguram a exploração e a dominação de uns sobre outros, que se traduzem nas relações econômicas, políticas, sociais, culturais, nos sistemas de valores. Neste sentido, interessa ao pesquisador as lutas sociais e, não aquelas(como afirma Thompson) que expressam sob formas organizadas(sindicatos , partidos, associações), como também as “formas surdas” de resistência, estratégias de sobrevivência.

Pilar⁶, de certa forma sintetiza todos esses pressupostos ao tratar da problematização de um tema:

“ Problematizar é dar voz aos sujeitos históricos. Nesse procedimento o pesquisador interroga os agentes sociais a partir de suas preocupações e de sua postura, e se deixa interrogar por esses agentes. A partir desse diálogo o pesquisador vai formular ou reformular seus próprios conceitos(...) O interesse do pesquisador por certos assuntos e o modo de abordá-los dependerá de sua visão da sociedade e, de sua proposta de intervenção nela”.

Acredito que o que Pilar tem a dizer, é relativo ao fato do historiador não ser uma pessoa neutra, este está totalmente inserido no social, e dele faz parte. “Dar voz aos sujeitos históricos” é justamente valorizar suas experiências de vida, seu cotidiano, a partir da posição social do historiador, sendo que a imparcialidade é improvável. Déa⁷ diz que “ ele(historiador) carrega consigo, supostos e pressupostos, uma teoria sobre a História, uma filosofia sobre a vida, sobre o mundo e, portanto, sobre a História que, certamente, marcam a investigação”.

⁶ VIEIRA, Maria do Pilar Araújo e outras. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1998.

Agora faz-se necessária uma apresentação sobre a constituição dos espaços e territórios urbanos, visando a compreensão de que são as relações sociais desenvolvidas na cidade que, em última análise, acabam por definir e delinear a imagem da cidade.

Nessa discussão também a referência volta a ser a professora Déa⁸, que afirma: “Ao buscar estas imagens(da cidade) estamos conscientes de que elas estarão sempre impregnadas de memórias e de significações que se constroem, mas também se modificam pelas experiências e vivências sociais posteriores, exprimindo diferentes temporalidades”. Nessas relações sociais que são instituídas na cidade, prioriza-se o entendimento de modos de viver, lutar, trabalhar, e como essas ações estão” impregnando e constituindo a cultura urbana.”

A professora acredita que a cidade precisa ser encarada como “lugar da pluralidade e da diferença”, onde a História constitui-se de diálogos entre “vários segmentos sociais”, que fazem com que surjam as contradições estabelecidas no urbano. Déa acha ainda mais importante valorizar a memória, que não está apenas nas lembranças das pessoas, mas também no resultado e nas marcas que a História deixou ao longo do tempo. “ A valorização da memória apresenta-se como oportunidade de trazer à tona outras histórias e outros olhares sobre o passado”.

Déa chama a atenção do historiador, para que este fique atento as diferenças sociais, sobretudo em se tratando de viveres urbanos, onde uma “abordagem política” tende a destruir experiências dos sujeitos históricos em “nome de uma memória única”, suprimindo a pluralidade e diferenças, presentes nas cidades. Segundo Déa, o sentido em trabalhar com a memória está de acordo com Chauí, que se preocupa em “desvendar o passado para reconhecer a diferença do presente, libertá-lo e assim inventar o futuro e a transformação por que estamos sempre a desejar e lutar⁹”.

Silva¹⁰, em sua pesquisa sobre a cidade do Rio de Janeiro, procura perceber as transformações ocorridas na cidade na década de 20, para examinar os embates das

⁷ Déa Fenelon. Idem.

⁸ FENELON, Déa Ribeiro(org.). Introdução. In: **Cidades**. Programa de pós-graduados em História. PUC-SP: Olho d'água, dez/2000.

⁹ FENELON, Déa Ribeiro. Idem.

¹⁰ SILVA, Lúcia. A cidade do Rio de Janeiro nos anos 20: urbanização e vida urbana. In: **Cidades**. Programa de pós-graduados em História. PUC-SP: Olho d'água, dez/2000. P. 55-84.

forças sociais que a ali se desenrolaram. Procura um contraponto entre a visão dos engenheiros e arquitetos que intervinham no urbano pela “ação racional”, com os outros segmentos sociais em suas resistências e acomodações às políticas urbanas.

Silva diz que o território da cidade, ao contrário de outros territórios, pode conter diversos espaços sociais e, em função disso, possuir diversas leituras dessa materialidade. Exemplifica esta afirmação com o território da Candelária, que abriga “espaços culturais”, como uma igreja que é freqüentada pelas elites e meninos de rua. O pessoal do mercado financeiro durante o dia a percebe(Candelária) como “via de acesso”, enquanto a noite essa “via de acesso” torna-se ponto final dos meninos de rua. “A percepção que cada grupo terá daquele pedaço do território será completamente diferenciada, devido principalmente ao seu uso”, afirma autora.

A autora trabalha com o discurso de engenheiros, urbanistas, higienistas, que não conseguiam vislumbrar os códigos, os valores, os significados construídos por um grupo social. Uma citação de Silva deixa clara essa situação:

“(...)Habitantes tinham desenvolvido, durante anos e anos, formas de resistência e de sobrevivência, valores culturais que, de uma hora para outra, desapareceram sob o peso da picareta. Podemos dizer que são comunidades inteiras que desapareceram, indivíduos que perdem sua identidade social”.

Cabe questionar o que o primeiro grupo(engenheiros, urbanistas) queriam com “progresso”, mas progresso para quem? E por terem a “superioridade do saber” estariam habilitados a resolverem os problemas sociais citadinos?

Um aspecto do artigo de Silva, que me chamou a atenção e, que serve de gancho para a próxima discussão, diz respeito a exclusão. A autora informa haver” um duplo movimento de exclusão da população: a exclusão espacial, fruto da ação desses profissionais no espaço urbano, e a manutenção da exclusão política”. No contexto que a autora trabalha (Rio de Janeiro, anos 20) até concordo com suas proposições sobre exclusão, mas hoje a discussão sobre este tema, têm aberto um leque de novas interpretações.

Sobre isso apresento um autor que imagino não seja muito conhecido entre os historiadores, por sua formação como sociólogo. Mas como aprendi durante estes quatro anos e meio de curso, a interdisciplinaridade é uma importante ferramenta que nos permite abrir este leque de interpretações.

O autor que chamo a contribuir nessa discussão teórica é José de Souza Martins¹¹, que reflete sobre o tema “exclusão social”. Ele acredita que exclusão é uma categorização imprecisa que hoje em dia é usada para definir aspectos mais problemáticos da “sociedade contemporânea no terceiro mundo”.

Martins acredita que subtede-se o “excluído” como uma “qualidade” sociologicamente identificável nas pessoas e nas relações sociais. É contra esta perspectiva que ao autor reflete , pois este acredita que “ a categoria “excluído” não é verificável na prática , na vivência dos chamados excluídos”.

Martins demonstra que as pessoas ou grupos sociais podem viver numa situação social problemática e, não ter dela a compreensão suficiente e inequívoca, que vai depender em muito da “circunstância social e histórica”, sendo que algumas circunstâncias distorcem a consciência social do sujeito. Segundo ele, o sociólogo busca “compreender essas relações sociais como relações conscientes, legitimamente interpretadas pelo próprio agente”.

A partir daí, passa a problematizar o porque de se querer encaixar a realidade dos pobres nesse “conceito” e, porque não serve o conceito de “pobre”, “trabalhador” ou “marginalizado”. Martins afirma que a categoria “exclusão” é resultado de uma “metamorfose nos conceitos que procuravam explicar a ordenação social que resultou do desenvolvimento capitalista”, que expressa uma insegurança teórica na compreensão dos problemas sociais. Cita Marx para explicitar seu ponto de vista de que é o “caráter salarial” do trabalho que permite separar o trabalho e a pessoa do trabalhador.

Aponta ainda como a família tornou-se com o desenvolvimento do capitalismo, um protótipo do “trabalho coletivo”, o salário tende a ser o “salário da família”, com isso as exclusões são debitadas na conta da própria família, de um modo que os sistema transfere para o núcleo familiar parte das “irracionalidades” inerentes do sistema capitalista. “Provavelmente, a categoria “exclusão” se nutre politicamente dessa contradição mal compreendida”. Quem rotula alguém como “excluído”(rótulo abstrato) o

¹¹ MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão , pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes,2002. P. 25-47.

faz por julgar-se participante dos benefícios sociais em detrimento aos “diferentes” que não estão tendo acesso aos meios e recursos citados pelos primeiros.

Estes “excluídos”, são o “resíduo crescente do desenvolvimento anômalo”. São considerados trabalhadores de setores secundários e irrelevantes da produção, “por isso são excluídos”. O autor não os considera apenas excluídos das oportunidades de participação social, mas também excluídos das possibilidades ativas de fazer História. Nas palavras de Martins” São descartáveis. Esse é o extremo histórico da coisificação da pessoa e de sua alienação”.

As categorias “excluído” e “exclusão” não tocam nas contradições, apenas as lamentam. Contudo, o “excluído” também é consumidor e, seu consumo é de roupas, carros, eletrodomésticos e, não mais de propriedades imobiliárias. Martins traz números da favela de Jaguaré, em São Paulo, onde 70% das habitações possuem telefone e, onde não é raro ter um barraco anexo para o carro da família. Isto significa que houve uma “opção consciente pelos signos do consumo em detrimento dos signos de propriedade, de moradia e de alimentação”. Na nota de rodapé o autor traz números da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, onde está localizada a maior agência bancária do Banespa e, entre outros dados: 72,5% dos moradores consomem a marca de sabão em pó mais famosa, 67,0% a marca mais cara de café, 86,3% a marca mais cara de açúcar, entre outros dados¹².

A meu ver , a informação mais preciosa que Martins traz em sua obra, é a de que os “excluídos” não se sentem de forma alguma nessa situação. Eles também descobriram uma característica fundante da sociedade contemporânea, de utilizar uma “máscara” que disfarça a realidade social, descobriram ainda que o “consumo ostensivo é um meio de afirmação social e de definição de identidade”. Martins afirma que “exclusão” é um termo forjado que não diz respeito aos “excluídos” , “é antes uma impressão superficial sobre o outro por parte daqueles que se consideram “incluídos”(humanizados) e não os são de fato”.

Acredito ser importante, apresentar alguma coisa sobre o Neoliberalismo, e como na opinião de alguns este “empurra” as pessoas para o trabalho nas ruas.

¹² MARTINS, José de Souza. Op. Cit. P. 36.

“ O Neoliberalismo nasceu logo depois da Segunda guerra mundial, nos principais países do mundo do capitalismo maduro. Nasceu como uma reação teórica e política ao modelo de desenvolvimento centrado na intervenção do Estado, que passou a se constituir, desde então, na principal força estruturadora do processo de acumulação de capital e de desenvolvimento social. Considerando essa intervenção como a principal crise do sistema capitalista de produção, os neoliberais passaram a atacar qualquer limitação dos mecanismos de mercado pôr parte do Estado, denunciando tal limitação como uma ameaça letal à liberdade econômica e política¹³.

É nesse sentido que os neoliberais vão retomar à tese clássica de que o mercado é a única instituição capaz de coordenar racionalmente qualquer problema social, seja de ordem econômica ou política. Sendo o mercado mecanismo insuperável para estruturar e coordenar as decisões de produção e investimentos sociais, este mecanismo solucionaria problemas de emprego e renda na sociedade.

As práticas neoliberais afirmam a primazia absoluta do mercado e, propõem a redução do Estado ao mínimo. Todas as atividades econômicas devem deixar de ser reguladas pelo Estado, todas as empresas estatais devem ser privatizadas para reduzir o déficit público, o Estado deve restringir-se ao investimento em políticas sociais(saúde, educação, moradia, transporte, emprego) e a própria área social deve ser parcialmente privatizada.

Nesse cenário, a competitividade das empresas é condição número um de sua sobrevivência, as empresas “enxugam” seus quadros: reduzem o número de seus operários, substituem os trabalhadores por robôs e automatizam sua produção. O resultado é um forte aumento do desemprego.

Segundo o professor Lesbaupin¹⁴, o trabalho em tempo integral(40 horas semanais por exemplo) deixa de ser a regra, aparecendo em cena, o trabalho em tempo parcial(com salário também parcial); o trabalho temporário(alguns meses por ano- com salário temporário); e até o trabalho a domicílio(prestadores de serviço, que fazem o trabalho em casa). A isso se chama “flexibilização” dos contratos de trabalho. Segundo o professor” os desempregados buscam alternativas de sobrevivência e, é isso que explica

¹³ ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: Sader, Emir & Gentili, Pablo(orgs.).**Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

¹⁴ LESBAUPIN, Ivo. **Conjuntura sócio-econômico-política brasileira**. Salvador: Cadernos do CEAS, nº 170, jul/ago 1997.

o forte crescimento do trabalho no setor informal da economia(sem garantias e proteções legais): ambulantes, camelôs , vendedores de todos os tipos”.

Deve ser levado em consideração também, a diminuição dos investimentos em educação e saúde por parte do Estado, que como será constatado na pesquisa influenciam na “falta de opções” em outros trabalhos, levando ao trabalho de rua como atividade de sobrevivência.

Antes de abordar a História Oral, tema que julgo ser de grande importância no trabalho, retomo a discussão da professora Déa¹⁵, procurando estabelecer conexões que contribuam na conceitualização de memória.

Segundo Fontana¹⁶, a História de um grupo humano é a sua memória coletiva e, cumpre a respeito dele a mesma função que a memória pessoal num indivíduo: a de dar-lhe um sentido de identidade que o faz ser ele mesmo e não outro. Nossas recordações se constituem em fragmentos do conhecimento, interpretações da realidade que, “ao voltarmos a reuni-las, reinterpretamo-las à luz de novos pontos de vista”.

Para Fontana, essa memória coletiva(que é a História), é que dá identidade as sociedades humanas. Faz uma citação de Raphael Samuel, falando da “contaminação” dos dados que manejamos com nossa experiência vivida:

“ Estamos reinterpretando constantemente o passado à luz do presente(...) Inclusive quando reproduzimos literalmente as palavras e as frases, as ressonâncias são as do nosso tempo(...) Por mais zelosamente que protejamos a integridade do nosso tema de estudo, não podemos isolá-lo de nós mesmos”.

Aqui o autor retoma a discussão já apresentada da impossível imparcialidade do historiador.

Para que se tenha condições de melhor interpretar as entrevistas orais que se seguem nos capítulos, faço aqui uma breve uma breve dissertação sobre alguns pressupostos da História Oral, para que se tenha uma idéia dos caminhos utilizados para realizar as entrevistas.

¹⁵ FENELON, Déa Ribeiro. Idem .

¹⁶ FONTANA , Josep. Reflexões sobre a História , do além do fim da História. In: **História: Análise do passado e projeto social**. Texto que utilizei na disciplina de Historiografia, sem maiores referências.

O autor que apresento que considero relevante por suas reflexões em História Oral(aliás todos que serão apresentados são relevantes) é Alistair Thomson¹⁷, que realiza uma discussão sobre a “validade” dos depoimentos orais em relação aos documentos escritos. Procura explorar a relação entre reminiscências pessoais e memória coletiva, entre memória e identidade.

Neste artigo Alistair trabalha basicamente com as memórias de veteranos de guerra australianos, os Anzacs, que sempre são lembrados em comemorações e filmes de forma exacerbada. Acontece que através das entrevistas, o autor percebeu que ex-combatentes diziam que se pudessem voltar atrás não se alistariam. Isto revelou uma “outra história” contraditória a apresentada nas versões oficiais e, de certa forma “esquecida”, sendo um contraponto a história oficial. É um artigo que vale a pena ser lido pela riqueza de detalhes apresentados pelos depoentes.

Ao abandonar indevidamente a memória histórica que se refere ao mundo da ação e da política, voltando-se as lembranças da vida cotidiana, o historiador pode ser presa dos rituais de reprodução da vida e da força de trabalho. Cabe ao historiador redimensionar a interpretação da experiência vivida dentro do quadro histórico mais amplo da sociedade, elucidando lacunas do discurso dominante, procurando se desvincular da historiografia oficial.

As fontes orais podem assumir a forma de histórias orais de vida, relatos onde têm referência na própria vida e a experiência do narrador. Ocorre que qualquer que seja a forma assumida pela fonte oral, baseia-se na memória e, a memória é sempre uma reconstrução que evoca um passado visto pela perspectiva do presente e, marcado pelo social.

O fator distintivo da pesquisa em História Oral, está justamente na preocupação com a reflexão que acompanha todo processo, levando a contínuas modificações. Admite-se que nenhuma entrevista seria proposta da mesma maneira que a anterior, pois as reflexões que permite vão sendo incorporadas ao processo.

¹⁷ THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias**. São Paulo: PUC-SP, Projeto História, nº 15, abril/1997. P- 51-84.

Pode –se dizer que a História Oral, é uma História que não se faz sobre os “vencedores”, já que seu objeto privilegiado comum é a classe trabalhadora. No entanto, ressalta-se que não é o caso tampouco de afirmar que seus informantes trabalhadores sejam considerados “vencidos” , pois trata-se de sujeitos conscientes de suas ações e representações .

Além disso, é sabido que a produção de documentos orais exige do pesquisador um envolvimento especial. Os entrevistadores não são simples indagadores ou bons ouvintes, eles participam ativamente da construção da entrevista, na medida em que preparam o roteiro, selecionam as perguntas, mantêm o diálogo, propõem e problematizam questões. Cabe dizer aqui que uma das características da História Oral é que a testemunha reconstrói o passado à sua maneira e, em função do presente.

Considera-se que a característica singular da fonte oral, em relação a outras fontes documentais, é que esta é resultado da articulação e da recuperação da vivência de indivíduos ou de grupos sociais através da memória.

Um autor que não dá para não citar sobre estudos em História Oral, pois tornou-se clássico entre os historiadores é Alessandro Portelli¹⁸, que no artigo: “A filosofia e os fatos: narração , interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”, começa com uma história de um escravo e suas percepções sobre acontecimentos durante a escravidão.

O ponto central para onde são deslocadas suas reflexões referem-se a subjetividade. Segundo ele, o principal paradoxo da História Oral e das memórias é, de fato que as fontes são pessoas, não documentos e nenhuma pessoa, que concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos.” A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e a própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso(...)”. Continua o autor: “A subjetividade diz respeito ao indivíduo , ao passo que a história e a pesquisa dizem respeito a grupos humanos mais vastos”.

O autor realiza uma crítica contundente aos historiadores quantitativos(Portelli os cita), que procuraram(no caso da escravidão), estabelecer um número exato de

¹⁸ PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais**. Rio de Janeiro: Tempo, vol.1, n.º 2, 1996. P. 59-72.

chibatadas que cada escravo recebia, chegando a conclusão de uma média de 0,7 vezes ao ano, o que é impossível, pois como açoitar alguém 0,7 vezes? Portelli diz que:” Em realidade, é impossível até mesmo comparar os açoites entre si, ou medir precisamente o vigor com que os açoites foram administrados(...)”. este comentário me reporta a concepção de E.P. Thompson sobre estatísticas.

Em outro trabalho, Portelli¹⁹, aponta o medo de intelectuais italianos frente a esta “novidade” nos meios acadêmicos, “parece se temer que uma vez abertos os portões da oralidade, a escrita (e a racionalidade junto com ela) será varrida como que por uma massa espontânea incontrolável de fluídos, material amorfo”. Neste artigo são abordados tópicos como a oralidade da História Oral, sua narrativa e sua subjetividade.

Segundo ele, a primeira característica que torna a História Oral diferente, diz menos respeito aos eventos que seus significados. “Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas”. Contudo, o elemento único e precioso das fontes orais, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual, é a subjetividade do expositor.” O que os informantes acreditam é na verdade um fato histórico(isto é, o fato no qual crêem), tanto como naquilo que realmente aconteceu”.

Uma crítica dirigida a História Oral, refere-se ao fato das fontes orais se situarem distantes dos eventos, por isso, submetem-se à distorção da memória imperfeita. Mas Portelli rebate esta crítica afirmando que “na verdade, este problema existe para muitos documentos escritos, comumente elaborados algum tempo após o evento ao qual se referem, e sempre por não participantes”.

Finaliza o artigo, apontando que a “História Oral não tem sujeito unificado, é contada de uma multiplicidade de pontos de vista, e a imparcialidade tradicionalmente reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador”. Esta parcialidade se refere ao fato de ser o historiador que seleciona as pessoas entrevistadas, moldando o testemunho, colocando questões, ou reagindo as respostas.

¹⁹ PORTELLI, Alessandro. **O que faz a História Oral diferente**. PUC-SP- Projeto História, nº 14, fev/1997. P. 25-39.

Na minha opinião o ponto crucial referente a História Oral, diz respeito a considerar os depoimentos não apenas como uma ilustração a uma ou mais idéias, ou no sentido de “provar” uma argumentação, mas na busca do dialogo e da problematização dos significados que os sujeitos dão a suas vidas, sendo que este diálogo deva acontecer de uma forma a se respeitar a opinião do entrevistado.

Todos autores que apresentei com suas reflexões, contribuíram sobre maneira na elaboração desta monografia. O referencial teórico é importante, para dar suporte a minhas indagações no sentido de compreender o movimento incessante das tensões, contradições e lutas por melhoria das condições de vida. Sobretudo como ocorre a luta pela sobrevivência desses agentes sociais que não se julgam “excluídos”, suas memórias, sentimentos, angústias, esperanças, além de suas percepções sobre as contradições existentes nas relações sociais. Mas uma ressalva deve ser feita com relação ao referencial teórico, os autores apresentados servem como interlocutores na discussão e, cada qual contribue em determinado momento, não posso ter a pretensão de apanhar suas “ idéias” e aplicá-las na Praça Tubal Vilela sem considerar as especificidades do local onde se realiza a pesquisa.

As fontes utilizadas foram o jornal Correio(até 25/08/1995- Correio do Triângulo), com suas reportagens relativas a ambulantes (camelôs) de 1992 a 2003(por vezes me reporto a reportagens anteriores para procurar contribuir na discussão), os depoimentos orais, as informações colhidas na Internet.

No primeiro capítulo” A Praça Tubal Vilela e a questão da permanência dos Trabalhadores Ambulantes”, faço uma descrição do local onde se processou a pesquisa(Praça Tubal Vilela), além de analisar a situação dos ambulantes através de reportagens do jornal Correio, durante a década de 90, sendo a reforma da praça(1992), marco referencial da retirada dos ambulantes. Abordo também o retorno dos ambulantes a partir de 1994, demonstrando como o poder público os trata e suas estratégias de sobrevivência.

No segundo capítulo” Desvendando o complexo mercado da economia popular”, demonstro através da legislação que regulamenta o trabalho ambulante, as contradições pertinentes a mesma. Utilizando as entrevistas orais e jornal Correio, atualizo a

discussão sobre as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores ambulantes, o porque de estarem neste trabalho, suas acomodações ao meio urbano, suas opiniões sobre a modernização, enfim as lutas travadas para se “ganhar a vida”.

CAPÍTULO I

A Praça Tubal Vilela e a questão da permanência dos Trabalhadores Ambulantes

Neste capítulo faço uma descrição da Praça Tubal Vilela, do local onde a pesquisa se desenvolveu e, me proponho a refletir sobre a questão da permanência dos trabalhadores ambulantes na mesma após sua reforma, para tanto me utilizo de um diálogo com a monografia da Kaita Queiroz de Oliveira²⁰, além do levantamento de reportagens que realizei no jornal Correio (até 25/08/1995, Correio do Triângulo) durante a década de 90, ou seja, reportagens jornalísticas.

Com relação ao trabalho da nobre colega Historiadora (Kaita), teço comentários sobre sua pesquisa, sobre a importância de seu trabalho para minha pesquisa, sobre seus procedimentos de entrevistas, mais ao término deste capítulo, por hora faço uma descrição de algumas situações e personagens encontrados nesta praça que é referência na cidade de Uberlândia.

Segundo dados colhidos numa pesquisa do Arquivo Público Municipal, o espaço para a construção da Praça Tubal Vilela foi reservado desde o início do século XX. O projeto era do engenheiro Mellor Ferreira Amado e foi elaborado tendo em vista a construção da estação da Mogiana, no local que hoje é a praça Sérgio Pacheco. Mesmo não tendo sido urbanizado na época, o local recebeu o nome de Praça da República.

Até 1915, o local foi utilizado como campo de futebol (imagine só um local que é hiper-movimentado hoje, ter sido um campo de futebol, mas são coisas da reestruturação urbana), por volta de 1920, a Praça passou por um tratamento paisagístico. Em 1939, foi remodelada pelo técnico e construtor de jardins, Júlio Stermmertz, de Belo Horizonte. Nesta época a praça recebeu o nome de Benedito Valadares, interventor em Minas Gerais.

Nos anos de 1930/1940, o local era conhecido como Praça dos Bambus, por existir até então uma plantação de bambus no local. Em 1941, quando foi inaugurada a fonte luminosa, por ocasião do aniversário da cidade, voltou a denominação de Praça da República, logo após a administração de Vasco Giffoni.

Á partir de 1959, a Praça passa por nova remodelação e, quando é reinaugurada em 1962, recebe o nome de Tubal Vilela. A nomenclatura é uma homenagem ao ex-

²⁰ OLIVEIRA, Kaita Queiroz de. **A Praça Tubal Vilela na memória e vivência de moradores- Uberlândia: 1940-2002**. Trabalho de Monografia, Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2002.

prefeito, que esteve a frente da cidade no período de 1951 a 1955, por reconhecimento aos serviços prestados ao Município, como prefeito e empresário. Novamente por ocasião do aniversário da cidade a atual praça é reinaugurada em 31 de Agosto de 1962.

Como constata Guerra²¹: “ A praça se encontra delimitada à noroeste pela Avenida Afonso Pena, à sudeste pela Avenida Floriano Peixoto, duas avenidas importantes na cidade à nível de circulação, comércio e serviços, à sudoeste pela rua Olegário Maciel..., e à nordeste pela rua Duque de Caxias...”

As ruas citadas acima que circundam a Praça Tubal Vilela, contribuem para o constante movimento de pessoas no local, pois nas proximidades encontram-se importantes prédios, comércios e bancos, além de lojas, lanchonetes, hotel e igreja.

Na Avenida Floriano Peixoto, em frente a Praça, os principais pontos são as Lojas Americanas, o Banco Itaú e o Hotel Presidente, além da Loja Uberlândia Importados de produtos de 1,99.

Na Avenida Afonso Pena tem-se o Prédio onde se consegue retirar a Carteira de Identidade, além do Sine e outros órgãos públicos no local, também encontra-se a Loja Eletrosom de eletro-eletrônicos e móveis, a Cristal Perfumaria, a Ritz , as Lojas Mig e o Banco Banespa.

Na rua Duque de Caxias encontramos a Loja Riachuelo, a Agência da Receita Estadual, a Loja Rei do 1 Real, a ASB Financeira, a Caixa Econômica Federal, o Banco HSBC e a Loja Demanos de calçados e confecções , além da catedral de Santa Terezinha, inaugurada em 25 de Dezembro de 1941.

Na rua Olegário Maciel têm-se a Drogalíder, a Loja Lecitel de telefonia, a Loja Aparatto de jóias e relógios, a Floricultura Rocaille, a lanchonete Tubal Vilela, o Hotel Park e o estacionamento Udi Parking, além do Colégio Estadual Bueno Brandão, antigo Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, primeiro Grupo Escolar da cidade, inaugurado em Fevereiro de 1915, demolido em 1963, dando início logo após a construção do prédio atual²². Ainda cito o posto policial que está situado dentro dos limites da praça, além dos pontos de táxi.

²¹ GUERRA, Maria Eliza Alves. **As Praças modernas de João Jorge Coury no Triângulo Mineiro**. São Carlos: Dissertação de Mestrado. Escola de Engenharia de São Carlos- USP, 1998, p.129.

²² Informações conseguidas no Arquivo Público Municipal, no mês de Março 2003.

Embora tenham ocorrido várias reformas a Praça Tubal Vilela, manteve seu traçado. Diariamente estima-se que 80.000²³ pessoas circulem pela Praça e, pelas ruas acima mencionadas, sendo que são encontrados Trabalhadores Ambulantes pelos quatro passeios da Praça, mas verifica-se uma maior concentração de ambulantes na Avenida Afonso Pena. Este fato pode ser explicado pois é nesta Avenida o embarque e desembarque de pessoas que utilizam o transporte público, vindas da maioria dos bairros da cidade que passam obrigatoriamente por este trajeto, portanto as pessoas concentram-se nesta área para subir ou descer do ônibus.

Hoje, a Praça é ponto de comércio, venda de ervas medicinais, bancas de revista, bijuterias, e um comércio diversificado está a sua volta. Os trabalhadores ambulantes oferecem os transeuntes os diversos produtos, tais como: cachorro quente, pipoca, salgados, quitandas caseiras, algodão doce, bijuterias, azulzinha(jogo), frutos e produtos de época(coco, goiaba, pimenta), cola rápido(super bonder, 2 por 1 real), carteirinhas de clube de futebol, mas nota-se uma predominância de vales-transportes e cartões telefônicos.

Além desses trabalhadores tem-se uma banca de revista em cada esquina da Praça, e nota-se a presença de ciganas, aposentados, taxistas pela mesma. Enfim, é um contínuo vai e vem de pessoas pelo local, algumas a trabalho, outras a passeio, mas todas utilizando o mesmo espaço, onde pode-se notar as diferentes pessoas, contradições do espaço urbano e cada qual com seu ritmo. Alguns indivíduos passam rapidamente pelo local, e outros até sentam, observam ou aguardam algo.

Por ser um local com várias agências bancárias, parte da população a utiliza para resolver assuntos nestes locais, também os funcionários das lojas que a circundam, no horário de almoço ou lanche, se dirigem para a mesma para descansar, ou conversar, ou até mesmo para fumar um cigarro. São trabalhadores das Lojas Riachuelo, Lojas Americanas e Lojas Demanos de calçados e confecções, os que mais comumente são encontrados.

²³ **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: Exemplar do dia 16 de fevereiro de 2003, p. B-4. Título da reportagem: "Praça revela personagens e histórias".

Como a praça está localizada numa via estratégica e obrigatória de passagem, esta torna-se um ambiente criado pela própria população que atende as mais diversas necessidades, como citado acima.

A Praça Tubal Vilela, revela contradições da cidade. Ali pode-se observar pessoas de boa condição econômica, com outras que passam por dificuldades de sobrevivência, tais como mendigos e pedintes, isto é, revela as diversas realidades sociais da cidade de Uberlândia, tida pela elite²⁴ como homogênea- sem desemprego, sem pobreza- num discurso desenvolvimentista.

Não posso me esquecer dos aposentados que freqüentam o local para conversar, descansar, ler jornais, tomar um pouco de sol ,e até mesmo utilizar o “damódromo” existente no local, além dos que ainda trabalham como taxistas ou vendedores de picolé, pipoca por exemplo.

Um fato desagradável, mas relevante , é o problema do lixo no local. Em um breve passeio pela Praça encontrei espalhados pelo chão principalmente papéis, copos descartáveis, e garrafas de plástico. Verifico que seria necessária uma maior conscientização das pessoas quanto a este problema- a Praça está extremamente suja -, pois num local de tão grande circulação de pessoas , mesmo os varredores(garis) não dão conta da demanda , visto que o lixo, principalmente papéis que são entregues aos passantes, caem a todo segundo.

Este fato é observado principalmente nos pontos de ônibus da Afonso Pena. Para se ter uma idéia da dimensão do problema, até sobre os abrigos de espera encontra-se lixo. Ocorre que em períodos chuvosos os abrigos acumulam água, e o lixo contribui em não deixar a água escorrer, propiciando focos do transmissor do Dengue em pleno centro da cidade.

²⁴ Ver MEDEIROS, E. Antunes de. **Trabalhadores e viveres urbanos: Trajetórias e disputas na conformação da cidade- Uberlândia- 1970/2001**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, 2002. Antunes analisa a memória, que quase sempre é registrada pelas elites e, que pretende-se uma e homogênea. Além disso, verifica que a historiografia a respeito da cidade de Uberlândia, é sempre no sentido da mesma” ter uma vocação natural para se tornar uma cidade progressista”. Sua contribuição é por apontar “que apesar do progresso, existem problemas sociais na cidade”.

Um último aspecto que gostaria de comentar é quanto a criminalidade no local. Não tenho dados exatos, mas segundo as entrevistas da Kaita²⁵, várias pessoas reclamaram do fato de serem encontrados trombadinhas e assaltantes no local, mesmo com a presença de um posto policial nas imediações as pessoas não se sentem seguras.

Uberlândia é considerada uma cidade de médio porte, e como tal está sujeita a mesma situação que ocorre até mesmo em municípios menores. Infelizmente é uma situação crítica e que depende na minha opinião de uma ação conjunta entre nossos governantes, polícia e sociedade. Como este não é meu tema fica este breve comentário.

Por ser usuário do transporte coletivo, sempre que me desloco de casa para a Universidade ou para o trabalho, o ônibus onde me encontro passa obrigatoriamente pela Praça Tubal Vilela. Diariamente passo pelo local por volta das 7 horas e 30 minutos, e desde então já noto um movimento significativo de trabalhadores ambulantes que estão iniciando mais um dia de trabalho.

Concordo com a descrição realizada segundo o jornal Correio²⁶:

“ Pessoas apressadas à espera do ônibus, vendedores brigando por clientes anunciam os mais diversos produtos, ciganas em busca de mãos para prever o futuro, aposentados sentados nos bancos, descansando e curtindo a sombra. Todos convivem em um espaço comum e, de certa forma, servem para caracterizar a Praça Tubal Vilela, no centro de Uberlândia .Quem passa por lá todos os dias pode até não reparar, mas o local consegue reunir uma série de personagens com histórias e ritmos diferentes, mas que juntos, constituem o cotidiano da principal Praça do município.”

Em suma, a Praça Tubal Vilela expressa uma diversidade enorme de personagens, cada qual com seus interesses próprios(empresários, vendedores, aposentados, pessoas das mais diferentes origens), que acabam por constituir o ambiente do local, além de serem visíveis as contradições sociais da cidade que ali são retratadas, neste sentido de ser verificável as diferenças entre os vários grupos sociais que por ali transitam.

Ressalto que as fontes jornalísticas servem de referencial sem sombra de dúvida, mas deve-se levar em consideração que dentre as diferentes linguagens(no caso a do jornal), estas são projetadas no acontecer social e, são tidas como experiência de

²⁵ Idem. Ibidem.

²⁶ **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: exemplar do dia 16 de fevereiro de 2003, p. B-4. Idem.

classe. Daí pensar que está imprensa é portadora de um projeto específico, que é apresentado como universal, desta forma, não se considera a ideologia como uma inversão do real e, não se trabalha as oposições tais como “mentira –verdade”.

Concordo com a afirmação de Vieira²⁷, quando esta afirma que “os jornais definem papéis sociais, entendemos que o destinatário está presente o tempo todo, ora fornecendo os parâmetros do discurso através da idealização que o emissor faz dele, ora como tipo de padrão de leitor que o emissor quer formar”.

Pude sentir durante a pesquisa no Arquivo Público Municipal, que os jornais atendem a determinado grupo dominante, ou seja, sua opinião na maioria das vezes é tendenciosa. É claro que faz-se necessária uma ponderação por parte dos editores(quando “dão voz” ao “destinatário”) para que se disfarce esta posição de privilegiar determinado grupo.

Com relação ao tema de pesquisa pude notar, que os ambulantes são tratados pelo jornal, sempre na condição de “coitadinhos”, isto é, sempre estão por baixo , lutando para sobreviver. Visão que difere da minha enquanto pesquisador, porque procuro verificar o cotidiano desses trabalhadores, suas experiências de vida, suas expectativas, angústias, enfim notar as contradições existentes no meio social, fato que o jornal não trata de forma explícita, desta forma considero intencionalidades que se diferem quanto ao meu olhar e o do jornal(que representa o pensamento e as práticas da elite local).

Um aspecto que vale ressaltar é a grave situação que o país atravessa, que é de recessão, desemprego, altas taxas de juros, que acabam por influenciar de certa forma, a ida de pessoas para o trabalho de rua, que torna-se sua fonte de sobrevivência . Daí também o interesse de pesquisar o cotidiano e as experiências dos Trabalhadores Ambulantes, tendo em vista o visível aumento dos mesmos, que creio ser um dos fatores que contribui para isso a grave situação do país²⁸.

²⁷ VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo e outras. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1998.

²⁸ Esta afirmação pode ser verificada nos diversos meios de comunicação a que temos acesso: rádios, emissoras de televisão- principalmente em telejornais, através das charges apresentadas num telejornal de grande audiência-, jornais- no levantamento a que me referi, praticamente em todos exemplares a tive acesso, as notícias estavam relacionadas a crise no país, além disso cito reportagens de “capa” do jornal O Estado de São Paulo: dia 04/06/2003“Lula tentará calar o vice”(questão dos altos juros); dia 06/06/2003“Venda de carros cai e montadoras dão férias”(recessão); dia 12/06/2003“Infração cai, mas menos que o desejado”(inflação);dia 18/06/2003“Deflação recorde do IGP-M; mais pressão sobre o Copom”(recessão), - Internet- onde são encontrados inúmeros artigos, comentários sobre estes assuntos),

É perceptível que esta conjuntura de crise, desemprego, recessão, permeia todo trabalho, por hora a análise se detém a fatos ocorridos neste sentido durante a década de 90, sendo que os principais personagens são os Trabalhadores Ambulantes na “sua luta pela sobrevivência”.

Relativo a questão da permanência dos Ambulantes na Praça, retrocedo ao ano de 1992, ano da reforma da Praça Tubal Vilela, e a partir disso demonstro através das reportagens do jornal Correio do Triângulo(atual Correio), uma constante tensão envolvendo Ambulantes e Prefeitura.

Para se ter uma idéia da conjuntura nacional neste período, destaco que estávamos sob a gestão do governo Collor, e que a política “feijão com arroz”²⁹ do ministro Mailson da Nóbrega havia fracassado, portanto o país estava em crise e, com alta inflação. Julgo ser necessário este contexto, pois a política municipal não está desvinculada da conjuntura nacional, ou seja, o que acontece a nível nacional reflete no cotidiano das pessoas e, por que não nas ações do poder público municipal.

Segundo o jornal Correio do Triângulo, de 11 de março de 1992³⁰ a Prefeitura havia dado um prazo até 17 de março para os ambulantes retirarem suas barracas e mudarem o local de trabalho para a praça Sérgio Pacheco. A alegação da Secretaria de

além é claro das revistas a que temos acesso, que sempre trazem(por vezes reportagem de capa) estes aspectos relacionados a atual situação do país, exemplo a revista “ Isto é” edição nº 1755 de 21/05/2003, onde na capa vê-se uma mão dando um soco nos juros(questão dos juros altos).

²⁹Ver especialmente, OLIVEIRA, Manfredo Araújo; TEIXEIRA, Francisco J.S(orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva- As novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1998. P. 130(O Brasil dos anos 90).

³⁰ **JORNAL CORREIO DO TRIÂNGULO**, Uberlândia: Exemplar do dia 11 de março de 1992, p. 10. Título da reportagem: “Ambulantes protestam contra a reforma e saída da praça”.

Serviços Urbanos era de que a praça seria reformada e os ambulantes não poderiam permanecer no local.

Antes mesmo desse ultimato da Prefeitura para que os ambulantes saíssem da Praça o presidente da Associação dos Vendedores Ambulantes, José Pedro Campelo- segundo informações do jornal Correio um dos protagonistas no embate Poder Público X Ambulantes e, que acredito contraditoriamente é proprietário de boxes no Camelódromo Central- disse que os camelôs teriam prejuízos se fossem para a Praça Sérgio Pacheco antes da construção do terminal urbano, porque a localização dos pontos de ônibus na Tubal Vilela contribuíam na “luta pela sobrevivência” , devido ao grande fluxo de pessoas.

Ocorre que até aqueles dias a Praça Tubal Vilela, era um local de grande movimento de pessoas, pois as linhas de todos bairros da cidade passavam por ali, portanto o usuário tinha que obrigatoriamente descer no centro para embarcar em outro ônibus que o levaria a seu destino final. Além da questão da queda no movimento, a praça para onde os ambulantes foram levados, fica relativamente distante do hiper-centro da cidade, sendo que servia como espaço destinado a circos ou parques de diversões, que se instalavam no município.

Na mesma reportagem(11/03/1992), a ambulante Lázara Delfina Freitas, que estava no local a 12 anos, denunciava:

“Ele nos propôs mudar só depois da construção de um terminal rodoviário na Sérgio Pacheco e, agora nos dá este ultimato. (...) O prefeito não está cumprindo o acordo que fez conosco através da secretaria. Somos cerca de 100 famílias, todas cadastradas na serviços urbanos e vivemos disso. O prefeito que fazer nossa mudança em um momento de profunda crise, quando o desemprego e a fome são evidentes”.

Mas não houve jeito, os Ambulantes foram removidos para a Praça Oswaldo Cruz e em frente ao fórum Abelardo Pena. Estes reclamaram da falta de estrutura física, segurança e principalmente da diminuição na movimentação de pedestres .

Em outra reportagem³¹, a ambulante Iglê Meire Vasconcelos, na época a 8 anos no ramo, disse que a saída era “péssima” (observação acerca da saída da Tubal Vilela), mas não havia outra alternativa, para ela os prejuízos seriam notórios, uma vez que as vendas seriam o “ganha pão” de todos que exerciam a profissão.

A responsável pela retirada dos vendedores, Iracema Marques, da secretaria de Ação Social, na época disse que a escolha do local foi definida pelos próprios ambulantes, entretanto eles negaram tal fato, como já pôde ser observado nas declarações acima citadas.

As reclamações referentes a estrutura das praças, prosseguiram, pois os ambulantes das Praças Sérgio Pacheco e Oswaldo Cruz, denunciaram que o movimento caiu muito depois da fechamento da agência da Caixa Econômica Federal, além disso, o mal cheiro exalado pelas fossas cavadas para atender os parques e circos que se instalavam na Praça Sérgio Pacheco, incomodava quem trabalhava ou passava por ali.

Em julho/1993³², o ambulante, Alceu José Dias, na época no ramo a uma ano e meio, disse que:“(...) A falta de higiene e de estrutura deixa a gente desanimado, mas não temos para onde ir(...)”. Na Praça Sérgio Pacheco, as barracas foram armadas sem muito cuidado com a infra-estrutura e, quando chovia, o barro que vinha das margens da praça sujava a calçada e atrapalhava bastante. Na mesma reportagem, um outro ambulante, Deusdete Cândido Vieira, disse que “no começo, foi muito difícil, agora o povo já se acostumou coma gente aqui, mas está longe de ser o ideal”. Até mesmo os ambulantes da Praça Oswaldo Cruz, um pouco melhor alojados durante este período, também se mostravam insatisfeitos com as condições de trabalho.

Eles estavam reivindicando melhorias e garantia de um local mais apropriado e definitivo para que o fluxo de clientes pudesse aumentar(e se manter), para que o comércio fosse suficiente para sobreviverem.

Analiso os pressupostos acima tendo sempre em vista a crise, e o desemprego, como fatores de certa forma, “empurram” os trabalhadores para o trabalho nas ruas da cidade de Uberlândia. Esta afirmação será melhor retratada no 2º capítulo(de forma mais atualizada), por hora peço que se comece a refletir sobre isto.

Retrocedo a meados do mês de junho de 1991, quando o Jornal Correio do Triângulo³³, propôs uma enquete (esta era uma prática corrente no jornal), onde se

³¹ **JORNAL CORREIO DO TRIÂNGULO**, Uberlândia: Exemplar do dia 19 de março de 1992, p. C. Título da reportagem : “ Saída dos camelôs diminui o movimento na Tubal Vilela”.

³² **JORNAL CORREIO DO TRIÂNGULO**, Uberlândia: Exemplar dos dia 07 de julho de 1993. p. 8. título da reportagem : “ Camelôs reclamam da falta de estrutura nas praças”.

³³ **JORNAL CORREIO DO TRIÂNGULO**, Uberlândia: Exemplar do dia 16 de junho de 1991, p. 10.

perguntava para as pessoas o seguinte: “O que você acha do comércio ambulante na região central?”. A estudante, Ana Carolina, respondeu o seguinte: “A causa de estar crescendo muito o comércio ambulante é uma só: a distribuição de renda extremamente desigual que ocorre no país”.

No final de julho de 1991, nova enquete³⁴, perguntava: “O que você acha dos camelôs nas praças da cidade?”. O vendedor, Valteir Fernandes dos Santos, respondeu que “os camelôs estão buscando uma nova forma de sustentação através de um trabalho honesto, estão apenas garantindo o pão de cada dia de maneira que ninguém pode discriminar(...)”. A costureira, Gladys Maria da Silva Oliveira, disse que acha que “os camelôs estão certos em trabalharem assim. Todos nós precisamos trabalhar para garantir a sobrevivência (...)”.

Observe que desde o início dos anos 90, já havia esta preocupação em trabalhar para sobreviver (informação citada com grande frequência no jornal), e note que, a população em linhas gerais apóia a atividade. A temática da “luta pela sobrevivência” é a todo momento ressaltada pelo jornal.

Avancemos um pouco agora a discussão. No final de 1994³⁵, a fiscalização apertou o cerco contra os ambulantes, principalmente no centro da cidade, onde julgava-se estar cada dia mais difícil circular pelas calçadas, já que muitos trabalhadores exerciam a função sem a autorização da secretaria de Serviços Urbanos.

O então secretário na época, Ednoser Damasceno, afirmou que apenas na Praça Oswaldo Cruz este comércio estava regular, na Praça Sérgio Pacheco era regular mais provisório, e na Tubal Vilela, a autorização liberava apenas a venda de picolés, pipocas e 4(quatro) bancas de cartelas de bingo local.

Peço sua atenção, amigo leitor, para que verifique que a partir de então os ambulantes começam a retornar para a Tubal Vilela, depois da reforma, onde permanecem até hoje. Voltando a 1994 e, na mesma reportagem, Damasceno, afirmou que a venda de outros produtos era proibida, e que havia “a necessidade de cercar o comércio informal na Tubal Vilela, senão fica com antigamente”.

³⁴ **JORNAL CORREIO DO TRIÂNGULO**, Uberlândia: Exemplar do dia 27 de julho de 1991. p. 10.

³⁵ **JORNAL CORREIO DO TRIÂNGULO**, Uberlândia: Exemplar do dia 08 de dezembro de 1994. p. 8. Título da reportagem : “ Prefeitura”aperta o cerco” aos ambulantes”.

O secretário estimou que haviam 2.000 ambulantes na cidade, e que no máximo 300 eram cadastrados. Por isso, a secretaria de Trabalho e Ação Social havia enviado, uma carta solicitando o recadastramento para a atualização dos dados e regularização de outros que se encaixassem nos critérios. Damasceno disse que seriam priorizados os deficientes e carentes, além de lembrar que o município não poderia contrariar a lei federal que proibia a venda de produtos importados, principalmente eletro-eletrônicos.

Damasceno conclui afirmando que “essa medida visa evitar a invasão de praças e permitir livre acesso de pedestres nestes locais destinados a eles³⁶”.

Por outro lado os ambulantes argumentaram que se a Prefeitura dificulta(proíbe) este tipo de trabalho, deveria oferecer emprego para os que não têm estudo e, não conseguem ganhar mais de dois salários como empregados. A ambulante, Clara Lúcia Andrade Santos, que na época vendia cartelas de bingo, disse: “ aqui a gente tira mais de cinco salários por mês, onde a gente vai ganhar isso se não temos estudo? A prefeitura deveria se preocupar mais com coisas sérias e deixar a gente trabalhar³⁷”.

Quero que você que está lendo, fique atento para as medidas que o poder público tomou na época para disciplinarizar o trabalho de rua, através de triagens, determinações de quantidade de ambulantes por localidades, produtos que poderiam ser comercializados, em função de uma suposta liberdade de ir e vir das pessoas. Também verifique que a questão da escolaridade já em 1994, era fator determinante para se conseguir bons empregos(na concepção dos ambulantes), e que os ganhos eram relativamente altos(média de 5 salários). Acredito que este fato se explica pois haviam apenas quatro bancas de cartelas na praça, e o movimento já era considerável no local, pois os terminais ainda não tinham sido inaugurados, e as pessoas desciam no centro(Praça Tubal Vilela) para embarcar em outro ônibus até o destino final.

Seguindo esta vertente a reportagem³⁸ intitulada ,“Economia informal continua a crescer”, informava que continuava aumentando o número de trabalhadores no mercado informal, em decorrência da época fértil do Natal e do desemprego. Na Praça Sérgio

³⁶ JORNAL CORREIO DO TRIÂNGULO.08/12/1994. Idem.

³⁷ JORNAL COREEIO DO TRIÂNGULO. 08/12/1994. Idem.

³⁸ JORNAL CORREIO DO TRIÂNGULO, Uberlândia: Exemplar do dia 06 de dezembro de 1992, p. 20. Título no corpo do texto.

Pacheco, podia-se observar como a área delimitada para as barracas de vendedores ambulantes estava se expandindo pelas avenidas Afonso Pena e João Naves de Ávila, numa média de dois ou três pontos por dia.

Muitas dessas pessoas com um certo grau de escolaridade, partem para a economia informal por questão emergencial, ou seja, falta de emprego. Segundo José Campelo, presidente da Associação Profissional de Vendedores Ambulantes de Uberlândia, “de 90 camelôs que expunham seus produtos na praça, hoje este número está quase dobrado”. O aumento é comum nos finais de ano e algumas das pessoas que procuram esse serviço já estão empregadas e montam barracas visando aumentar o orçamento, envolvendo outras pessoas da família.

Na mesma reportagem os ambulantes, Hélio Rubens Leite e Marcelo Arantes informaram que entraram naquele final de ano no trabalho de rua, com a venda de doce de leite, calçados e guloseimas.. Hélio trabalhava antes com tapeçaria e como não conseguia que assinassem sua carteira, partiu para a venda ambulante. Marcelo, compositor e ator de teatro, auxiliar de escritório, ganhava um salário razoável. “Mas não tinha tranqüilidade para criar, ficava de cabeça quente. Agora não preciso cumprir as 8 horas por dia e tenho espaço pra fazer o que gosto³⁹”.

Chamo sua atenção para os que trabalham por prazer e, não por necessidades de sobrevivência que é o caso da maioria. Portanto acaba-se por se cumprir aquela máxima “a cada regra existe uma exceção”

Não gosto muito de dados estatísticos, mas vou utilizá-los para expressar a questão da escolaridade. Digo que não gosto e explico porque com uma breve estória: se existem duas pessoas e temos dois frangos, uma come os dois e

portanto está muito satisfeita, a outra não comeu nenhum, portanto está com uma tremenda fome, ocorre que nas estatísticas foram vendidos dois frangos e haviam duas pessoas, logo a “média” será de um para cada (remete o que diz E.P Thompson, com muita sabedoria, de que a média despreza quem ganha pouco ou nada). Acontece que os

³⁹ JORNAL CORREIO DO TRIÂNGULO. 06/12/1992. Idem.

dados estatísticos são facilmente manipuláveis, ou pode ocorrer de não expressarem a realidade⁴⁰.

Como afirmei anteriormente, mesmo com desconfiança, cito dados estatísticos referentes a escolaridade na cidade de Uberlândia, além de uma “média” salarial nacional.

Segundo as estatísticas do NEST-UFU, no ano de 2000 a maioria dos trabalhadores do município possuía apenas o 1º grau de escolaridade, isto dá um número em torno de mais de 20.000 pessoas. Os números “exatos” são: 21.022 haviam completado a 8ª série, 15.770 possuíam o segundo grau completo, e 3.484 superior incompleto. O boletim mostra que, em oito anos, a participação de empregados que possuíam o primeiro grau completo não apresentou alteração. Já o número de trabalhadores que possuíam formação secundária cresceu 70,4%, no mesmo período. Houve também crescimento no nível de empregados com superior incompleto, que subiu 53,5%.

Segundo uma reportagem do Jornal do Brasil on-line, do dia 12/06/2003⁴¹, metade dos trabalhadores ganham até dois salários mínimos.

O rendimento médio mensal da população ocupada no Brasil é de 2 salários mínimos. No Nordeste, eles são 60%, sendo que 16,2% da população ocupada ganham até meio salário mínimo. Os dados fazem parte da Síntese de Indicadores Sociais 2002, divulgada pelo IBGE.

Voltando as reportagens do jornal Correio do Triângulo, narro um fato que considero relevante. No mês de janeiro de 1994⁴², os vendedores ambulantes insatisfeitos com um projeto de lei do então prefeito, Paulo Ferolla, que limitava radicalmente sua atividade, procuraram apoio de vereadores. Para os ambulantes a proposta mais absurda, segundo o então presidente da Associação dos Ambulantes,

⁴⁰ Sobre as estatísticas ver THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa- Livro II**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Ver principalmente o capítulo intitulado: Padrões e experiências, onde o autor discute a confiabilidade das estatísticas. Cito como exemplo a caso do filho do oleiro que vai comprar carne no açougue, e pede a melhor por seu pai estar ganhando relativamente bem, quando está no inverno(em crise), o filho do mesmo oleiro volta ao açougue e pede a carne que se pode comprar com o dinheiro que se tem. Esta pequena passagem ilustra a não confiabilidade de dados estatísticos, além de menosprezar as experiências dos trabalhadores.

⁴¹ Endereço do site: portal.terra.com.br/noticias/brasil/interna.

Adonel Ferreira Silva, seria a proibição da comercialização de bebidas alcoólicas, produtos eletrodomésticos, elétricos e eletrônicos, sejam nacionais ou importados, por isso, os camelôs se mobilizaram e procuraram a ajuda do vereador Aniceto Ferreira(PT).

A Associação afirmava que quando as sessões da Câmara retornassem do recesso, a categoria iria pedir o apoio de todos legisladores, para mostrar que se a proposta do prefeito fosse aprovada, causaria desemprego e outras conseqüências sociais sérias.

Observe o que a Associação pregava:” Órgãos competentes como a receita federal e a polícia federal, não fazem nenhuma repressão oficial, isso porque conhecem a grave situação do país e, sabem que nossa sobrevivência depende dessa atividade⁴³”. Adonel , acreditava que se os órgãos federais faziam “vista grossa”, o município não deveria radicalizar.

Outro item do projeto de Paulo Ferolla, determinaria a criação de uma comissão com a representação de 11 órgãos da cidade, mas isso desagradou totalmente os ambulantes. A Comissão Permanente do Comércio Ambulante(CPCA)⁴⁴, seria composta de apenas um representante dos Ambulantes, um da Câmara Municipal, um da Secretaria de Trabalho e Ação Social, um dos Serviços Urbanos, um da ACIUB(que no entender de Adonel, nada teria a ver com os Ambulantes), um da Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento(outra que não diria respeito a atividade, pois seria para feirantes), um da Saúde, um da Habitação e Meio Ambiente, um da Cultura(nenhuma da três diria respeito a categoria), um da Indústria, Comércio e Turismo(estes descartaria a presença da ACIUB),e um da Trânsito e Transportes(também inútil). As informações entre parênteses referem-se a opinião da Associação.⁴⁵

O mesmo projeto previa o uso da força policial, caso os Ambulantes não obedecessem a todos itens do projeto de lei do prefeito. “Nós já pagamos imposto de ocupação dos solo, ICMS e aceitamos pagar outros se for o caso, mas ele não nos

⁴² **JORNAL CORREIO DO TRIÂNGULO**, Uberlândia: Exemplar do dia 11 de janeiro de 1994 p. 10. Título da reportagem: “ Camelôs buscam apoio de vereadores”.

⁴³ **JORNAL CORREIO DO TRIÂNGULO**. 11/01/1994. Idem.

⁴⁴ **JORNAL CORREIO DO TRIÂNGULO**. 11/01/1994. Idem.

⁴⁵ Sobre esta discussão ver, MORAIS, Sérgio Paulo. **Trabalho e cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia-1970-2000**. Dissertação de mestrado, Programa de pós –graduação UFU-CAPES, Uberlândia, 2002.

procurou antes para falar do assunto”, disse Adonel. Caso fosse aprovado o projeto de lei do prefeito, os camelôs poderiam trabalhar apenas com três ítems: produtos alimentícios, industrializados e artesanais.

Acredito que a prefeitura restringiu os produtos que poderiam ser comercializados, por questões de pressão das elites locais e, para uma provável disciplinização da atividade ambulante.

Tudo bem que a Prefeitura e Ambulantes apresentassem “pontos de vista” diferentes, mas é necessário questionar as atitudes dos Ambulantes em concordar em pagar mais impostos. Parece-me que na década de 90, apesar de toda a crise, esta atividade era relativamente rentável, tanto que caso não fosse, eles não estariam se disponibilizando a pagar mais tributos. Nota-se também o controle do poder público ao enviar o projeto de lei procurando criar a CPCA.

Um outro aspecto relevante é quanto a tentativa do CDL(Câmara de Diretores Lojistas), que já em meados de 1995⁴⁶, procurava “melhorar o visual do hipercentro”. A Associação Comercial e Industrial de Uberlândia(ACIUB) juntamente com a CDL, levaram ao então presidente da Câmara Municipal, Fábio Araújo, e aos secretários de Serviços Urbanos e Indústria e Comércio, propostas que solicitavam um maior rigor no cumprimento do código de posturas. Eles reclamaram principalmente da poluição visual, das placas colocadas nas calçadas e do excesso de comércio ambulante. “Tudo isso impede o fluxo normal de pedestres e veículos nas principais avenidas do centro da cidade”, afirmou o então presidente da CDL, Surrel Atiê.

Tanto a CDL, quanto a Prefeitura, utilizam o mesmo argumento da circulação de pedestres, para tomar medidas que coíbam a prática do trabalho nas ruas⁴⁷.

Para piorar a situação, desde o final de 1995, já existiam reclamações sobre a concorrência de outras lojas. Segundo o jornal Correio⁴⁸, a concorrência entre as lojas de importados e os camelôs estava acirrada naquele Natal, produtos que antes só eram

⁴⁶ **JORNAL CORREIO DO TRIÂNGULO**. Uberlândia: Exemplar do dia 08 de julho de 1995. p.8. Título da reportagem: “ Comércio quer melhorar o visual do hipercentro”.

⁴⁷ Sobre esta discussão ver, CALVO, Célia Rocha. **Muitas memórias e histórias de uma cidade: Experiências e lembranças de viveres urbanos- Uberlândia 1938-1990**. São Paulo: Tese de doutorado apresentada ao programa de estudos pós- graduados em História Social, PUC-SP, 2001.

encontrados nas barracas dos camelôs, agora poderiam ser adquiridos na maioria das lojas de importados, ou até grandes lojas de departamentos, como as Lojas Americanas e Magazine Luiza.

Naquele fim de ano, o ambulante Benedito Teixeira, disse que as vendas haviam caído 70% em relação ao Natal passado.” Em 94 as vendas já estavam aquecidas desde outubro. Este ano o movimento está bem mais fraco⁴⁹”.

Cito outros depoimentos coletados pelo jornal, originados na mesma reportagem. A ambulante , Lídia Cruzeiro, afirmou que” uma colega comprou um carrinho a pilha no Paraguai por R\$3,50 e, nas Lojas Americanas está(na época) a R\$3,00. A diferença de preços não compensa o risco de ir ao Paraguai. A maioria da população acha que os produtos comercializados pelos ambulantes são de baixa qualidade(...)”.

A consumidora, Sabrina Guerra, na época disse ser preferível comprar nas lojas especializadas em importados. “Os produtos dos camelôs, mesmo sendo iguais aos das lojas, não oferecem as mesmas garantias”.

É importante ressaltar as estratégias dos ambulantes, para driblar todas essas adversidades. Em junho de 1996, depois de sucos, frutas, tapetes, quitandas e tantos outros produtos comercializados nas esquinas, principalmente semáforos da cidade, ocorreu que um ambulante estava oferecendo filhotes de cães nestes locais. Alguns motoristas que trafegavam pela Av. Nicomedes Alves Santos , tiveram a oportunidade de comprar e levar para casa um dócil cachorrinho.

Segundo o jornal⁵⁰, “Em época de crise , todo mundo se vira como pode pra poder conseguir um dinheiro para garantir as despesas do mês”. Esta reportagem apresentava uma foto do ambulante vendendo no sinal o cãozinho.

Outro exemplo dessa “estratégia de sobrevivência” é que no dia 09 de junho de 1997, saiu a seguinte notícia⁵¹:

“Mercado Persa”- os ambulantes não passaram no vestibular, mas já estão fazendo a festa desde o primeiro dia do concurso. Nas imediações

⁴⁸ **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: Exemplar do dia 10 de dezembro de 1995, p. 5. Título da reportagem: “Ambulantes reclamam de concorrência nas vendas”.

⁴⁹ **JORNAL CORREIO**. 10/12/1995. Idem.

⁵⁰ **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: Exemplar do dia 1º de junho de 1996, p. 11. Título da reportagem: “Flagrante”.

⁵¹ **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: Exemplar do dia 09 de junho de 1997, p. 9. Título da reportagem: “Mercado persa”.

dos locais de provas os camelôs venderam de tudo: chocolate, água, refrigerante, balas, salgadinhos e outros produtos. São os estudantes fomentando a economia informal.

Em julho de 1997⁵², quando da inauguração do SIT(Sistema Integrado de Transportes), os donos de bancas de revistas e de barracas de salgados, situados em alguns pontos da cidade, como nas praças Oswaldo Cruz e Tubal Vilela, reclamaram da queda nas vendas. Maria de Lourdes Paula Ferreira, então dona de uma barraca de salgados na Praça Oswaldo Cruz, contou que caiu 90% seu movimento desde a implantação do SIT.

Se os comerciantes que trabalham nas praças estavam reclamando do SIT, quem tinha (tem) lojas dentro do terminal central, elogiavam o sistema. O dono de uma das duas lanchonetes até então inauguradas, Wellerson Maciel, disse que o movimento no local estava de acordo com as expectativas de vendas que ele tinha quando adquiriu o estabelecimento.

O aumento do preço do dólar em relação a moeda brasileira, afetou setores de venda de importados em Uberlândia. Em janeiro de 1999⁵³(principalmente produtos do Paraguai) lojistas sentiram esta situação. “ A alta do dólar esta desestabilizando o comércio em todo Brasil”, observou o gerente do Camelódromo Central, José Pedro Campelo. De acordo com ele até aquele momento, nenhum dos lojistas estaria indo ao Paraguai fazer compras.

Campelo disse que a saída para os camelôs seria aumentar o preço dos produtos, apesar do risco de perder mais vendas, “mas por enquanto nós não vamos apostar na especulação e aumentar os nossos preços. O aumento que tiver será na mesma proporção do dólar”. O gerente afirmou ter ocorrido uma queda de 30% nas vendas⁵⁴.

Até aqui, demonstrei um panorama geral da atividade do trabalho nas ruas, durante a década de 90. Espero que quem está lendo tenha tido a oportunidade de aproveitar esta discussão(que espero não esteja maçante), que traz de certa forma o cotidiano, as

⁵² **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: Exemplar do dia 10 de julho de 1997. P.9. Título da reportagem: “Camelôs criticam SIT, mas lojistas elogiam”.

⁵³ **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: Exemplar do dia 22 de janeiro de 1999. P-7. Título da reportagem: “Venda no camelódromo cai 30% em uma semana”.

⁵⁴ **JORNAL CORREIO**. 22/11/1999.Idem.

expectativas, as angústias, as lutas dos Trabalhadores Ambulantes. Também reforço ser imprescindível que se verifique as dificuldades enfrentadas por estes sujeitos históricos-disciplinarização por parte da Prefeitura e CDL, concorrência com outras lojas, crise nacional- e, como os mesmos buscam estratégias para driblar tal situação, até mesmo vendendo cachorrinho em semáforo.

Assim vou de encontro a perspectiva de trabalho contida no título, que busca o cotidiano e as experiências dos Trabalhadores Ambulantes na cidade, quanto a permanência, percebe-se que a partir de 1994, os ambulantes retornam aos poucos para a Praça Tubal Vilela, onde permanecem ainda hoje, mesmo com tantas adversidades.

Com relação ao trabalho de monografia da Kaita, afirmo que este me serviu como fonte de inspiração(referência), principalmente na parte de descrição do espaço(praça) onde minha pesquisa foi realizada.

Um contraponto que pode ser levantado, é que a autora na página 12, afirma que“(...) É preciso destacar também que a praça continua sendo um espaço de lazer.” Ela realiza esta afirmação com base principalmente, em depoimentos de pessoas idosas(aposentados), que se reúnem para conversar, jogar damas ,etc.

Concordo em parte com essa afirmação, realmente existem pessoas que vão até a praça realizar atividades de lazer. Mas noto que isto equivale a um número bastante reduzido do total de transeuntes, que passam diariamente pelo local, ou seja, acredito piamente que a idéia de trabalho(economia) está bem mais arraigada no local atualmente que a questão do lazer, a idéia de trabalho se consolida naquele local e a Praça Tubal Vilela passa a significar trabalho, tornando-se inclusive referência para quem procura produtos como vales-transportes e cartões telefônicos.

Acontece que a Kaita, quando da realização de seu trabalho de monografia, já estava com o ideal de encontrar lazer na praça(estava com isso em mente)e, por isso a discussão perdeu um pouco em questões que poderiam ser problematizadas. No meu entender ela procurou o lazer na praça e encontrou.

Voltando a questão dos aposentados(depoimentos orais), nota-se um certo saudosismo em suas falas, como por exemplo, quando um entrevistado afirma que “no final da tarde o pessoal vinha com as crianças, passear, os meninos andar de

bicicleta(...)". Também posso citar para exemplificar, o momento em que a banda vinha tocar na concha acústica, que era o local preferido dos casais de namorados.

Dessa forma ela privilegia(por opção que deve ser respeitada), essas fontes, sem se preocupar com outros fatores que poderiam enriquecer seu trabalho. As críticas que teço se fazem necessárias tendo em vista a assimilação de que o trabalho da autora é de excelente qualidade(na minha opinião), porém a idéia de lazer já estava pré-concebida e, por isso o trabalho deixa a desejar. Deixo claro que a opção por realizar o trabalho dessa forma foi da autora, e que esta monografia, tanto para ela, como para mim, está sendo o pontapé inicial, e assim sendo pode e deve ser aperfeiçoado.

Nota-se uma certa visão que vai além do que esta versão saudosista aponta no trabalho da Kaita, em muitos olhares diferentes sobre a praça(este é um elogio a Kaita), mas esta visão saudosista é encontrada até mesmo no jornal Correio⁵⁵, que traz a fala do taxista, Eurípedes do Nascimento, que lembra do tempo em que a praça era invadida por casais de namorados. "Aqui(Tubal Vilela)já foi considerado o recanto dos namorados. Durante a noite, mais de 50 casais ficavam caminhando ou sentados nos bancos".

O taxista recorda-se ainda da época em que o espelho d'água servia de viveiro para peixes coloridos. Além do aquário, outra atração apreciada era a fonte luminosa, que funcionava ao som de várias músicas.

A versão saudosista continua com o aposentado, Valter Basso, ele destaca o tempo em que havia constantes apresentações de bandas de música. Segundo o Sr. Basso, várias pessoas se aglomeravam para acompanhar os shows. Ele diz que "na época, famílias vinham para praça no fim da tarde sem qualquer tipo de problema". Daí questiono: será mesmo? Como ele conhecia o cotidiano, a vida familiar de todas as pessoas? Creio ser essa uma opinião generalizante que contribui para a perda da dimensão do real na sociedade, ou seja, as coisas tornam-se um senso comum. O aposentado ouvia dizer que "ninguém" tinha problemas, acabou por internalizar tal informação, e agora a reproduz.

⁵⁵ **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: Exemplar do dia 16 de fevereiro de 2003, p.B-4. Título da reportagem: "Praça revela personagens e histórias".

Chamo sua atenção para as transformações que foram ocorrendo durante os anos na Praça Tubal Vilela e, em última análise vejo que hoje o sentido do trabalho está mais incorporado na praça, que o lazer. Digo isso, pois no capítulo seguinte discuto a questão da praça ter se tornado um local de referência para quem quer comprar, vender passes, sempre me referindo a idéia de trabalho consolidada no local.

Em suma, concluo este capítulo certo de pude colocar algumas idéias e questionamentos, que servirão como ponto de partida para as discussões vindouras.

CAPÍTULO II

Desvendando algumas facetas do complexo mercado da economia popular

Neste capítulo demonstro algumas experiências narradas pelos trabalhadores ambulantes, tendo em vista refletir sobre a economia popular e, sobre este mercado que considero complexo.

Para tanto, algumas perguntas fizeram-se necessárias: O que faziam antes? Porque o vale-transporte? Porque o cartão telefônico? Quem vende? Quem compra? Como é o funcionamento? Qual a margem de lucro? Entre outras.

Todas essas perguntas me possibilitaram mapear o trabalho de rua na Praça Tubal Vilela e, a partir daí refletir sobre uma economia que é baseada em centavos (como será demonstrado a seguir). Além disso, volto a utilizar o Jornal Correio, trazendo reportagens

sobre os ambulantes nestes primeiros anos do século XXI. Também utilizo como fonte os trabalhos da Kaita e do Antunes⁵⁶, inclusive seus acervos de entrevistas orais, aos quais tive acesso.

Neste primeiro momento me propus a refletir a legislação que regulamenta o trabalho ambulante (que eu considero trabalho de rua), elaborada pelo poder público municipal.

No levantamento que realizei no Arquivo Público Municipal, constatei que na reportagem do dia 09/09/1990⁵⁷, o jornal afirmava que o “comércio ambulante tinha por objetivo principal dar emprego ao trabalhador ocioso e condições de sobrevivência também ao idoso e deficiente- lei municipal em vigor desde 1985(...)”. Noutra reportagem, do dia 24/07/1991⁵⁸, o mesmo jornal (seguindo uma perspectiva do poder público de retirar os “ricos camelôs”) afirma que “o projeto concede a liberação de licença a vendedor ambulante, aos idosos e deficientes físicos, comprovadamente carentes (...) A proposta desta nova política (da secretaria de serviços urbanos) é fazer com que os ricos camelôs abram seus próprios estabelecimentos comerciais (...)”

O projeto de lei que regulamenta a profissão de ambulante, na cidade de Uberlândia, foi criado durante a administração Zaire Rezende (1983-1988), pela vereadora da situação, Nilza Alves de Oliveira, no ano de 1985. O projeto que posteriormente foi transformado em lei, possui artigos contundentes: “Art.6º- fica vedada a atividade do comércio ambulante nos seguintes locais: I- no interior das praças e sobre passeios públicos⁵⁹.”

Acontece que a justificativa que compõe o referido projeto é marcada por uma “preocupação social”, e torna a mesma contraditória em relação ao artigo 6º:

“está evidente o porque dos ambulantes e camelôs procurarem os pontos centrais da cidade. Ali encontram maior possibilidade de venda de mercadorias. E as praças centrais oferecem grandes vantagens, tais como: a existência de água e banheiros, árvores que aliviam o calor e estragos feitos às mercadorias pelo sol, o fluxo constante de pessoas. Os

⁵⁶ Conforme citados no capítulo I.

⁵⁷ **JORNAL CORREIO DO TRIÂNGULO**: Exemplar do dia 09 de setembro de 1990, p. C-2. Título da reportagem: “Nem ambulantes estão escapando da crise”.

⁵⁸ **JORNAL CORREIO DO TRIÂNGULO**: Exemplar do dia 24 de julho de 1991, p. 9. Título da reportagem: “o local para os camelôs ainda não está definido”.

⁵⁹ Prefeitura Municipal de Uberlândia, Lei 4.230 de 05 de novembro de 1985,P.03.“Regula o comércio ambulante e atividades afins e dá outras providências” .PMU/APM.(grifos meus).

passaios das ruas centrais também passam a serem ocupados, justamente onde é maior o movimento de pessoas, provocando congestionamento (...) É uma atividade de sobrevivência de uma parte da classe trabalhadora, que sacrificada, buscou neste tipo de atividade seu último recurso. Assim sendo, não podemos confinar este comércio em qualquer lugar, em lugares afastados onde sabemos que não tem condição de sobreviver. É preferível do ponto de vista da sensibilidade humana e social, termos este comércio informal, do que um batalhão de miseráveis e pedintes, ou então, usando do recurso desesperado da criminalidade⁶⁰”.

A partir dos fragmentos da lei 4.230, pode-se avaliar o controle do poder público (prefeitura) frente às atividades dos ambulantes. Num primeiro momento nota-se a proibição irrestrita ao trabalho de rua, porém, num segundo momento verifica-se um discurso demagógico, falso, dissimulado que se torna nada mais que uma “peça de retórica”.

Nas palavras de Antunes⁶¹: “Apenas uma verborragia inócua, pois não leva em consideração, na prática, que os motivos dos trabalhadores para se situarem nesses espaços, estão ligados a uma determinante significativa: o seu ganha-pão.”

Ainda nesta perspectiva de controle da prefeitura, podemos citar a instituição do Camelódromo Municipal na Av. Floriano Peixoto, que retirou os camelôs de pontos “movimentados” para um local quase inócuo (principalmente hoje (2003) em virtude dos ônibus urbanos não circularem pela avenida), na tentativa de disciplinarizar por meio de leis e da “escolha” de locais “propícios” para a atividade, o trabalho dos ambulantes.

O Sr. Ruilon⁶², diz que o movimento na Praça Tubal Vilela caiu muito (em torno de 50%), depois que os fiscais passaram a perseguir os vendedores ambulantes naquele local

“(...) Caiu bastante. Mais ou menos uns cinquenta por cento caiu. Antes era melhor, do ano passado pra trás era melhor (...) Do ano passado pra trás, antes dos fiscal pegá persegui aqui, depois da autorização que o prefeito botou, do ano passado pra cá caiu muito (...) Os vendedor ambulante saiu tudo, né? Aí caiu muito. O povo quase nem passa mais na praça, muito difícil. Antes eu vendia aqui três carrinho de picolé nessa praça, e hoje venho com um e não vendo, e mesmo assim não vem cheio e, não vendo todo”

⁶⁰ Idem. “Justificativa”, S/Nº de pg.(grifos meus).

⁶¹ Idem. Ibidem. P. 95.

⁶² **Sr. Ruilon**, 52 anos. É do Estado da Bahia e atualmente mora em Uberlândia. Há um ano e oito meses trabalha na Praça Tubal Vilela, como vendedor de picolé. A entrevista foi realizada na própria praça, no dia 25/05/2002. Fita nº 06/11. Acervo de entrevistas da Kaita.

O Sr. Ruilon, não leva em conta que além dos fiscais apertarem o cerco, a população passa por dificuldades financeiras e, às vezes não tem dinheiro nem para comprar um picolé. Por vezes nota-se crianças pedindo picolé aos pais e, estes afirmam não ter dinheiro para comprar. Somado a isso se vê que o movimento da Praça Tubal Vilela tem caído em relação ao movimento de pedestres próximo ao terminal central, este fato será abordado logo mais.

O Sr. Ruilon, considera que a saída dos ambulantes da praça, prejudicou o movimento de transeuntes

“(...) Mais antes eles vinham mais, pois devido aos camelôs que tinha aqui na praça, aí então eles vinham pra olhar as coisas dos camelôs, comprava e, aproveitava os meninos brincava aqui na praça , né? Tirou os camelôs tudo o povo fugiram tudo⁶³”.

Veja, as atribuições da seção de fiscalização de posturas:

“A seção de fiscalização de posturas é uma das unidades diretamente subordinada a secretaria de Serviços Urbanos, que tem por finalidade promover a realização de diligências, exames, inspeções, vistorias e atos administrativos pertinentes ao código municipal de posturas visando disciplinar o exercício dos direitos individuais para o bem estar geral⁶⁴”.

Na ótica do poder público municipal , esta “disciplina” visa o “bem estar geral”, mas ocorre que como o Sr. Ruilon afirmou acima, ela prejudica a atividade de sobrevivência de pessoas que necessitam da praça para colocar a venda seus produtos e, de maneira “indireta” prejudica o “ganha pão” de um vendedor de picolé, porque coíbe a atividade ambulante, principalmente na Praça Tubal Vilela.

Cabe refletir sobre a posição dos ambulantes frente à “coibição” da atividade por parte do poder público municipal. Enquanto para estes últimos o local público é um espaço a ser administrado, saneado, dividido e, principalmente controlado para os ambulantes, estes julgam ser natural se servirem de praças e passeios⁶⁵.

Eles possuem a noção de que o público, é de todos e que portanto, podem utilizar os espaços de acordo com seus interesses e necessidades. Visão esta que é totalmente contrária a da administração que procura disciplinar (coibir) tal atividade.

Antunes justifica a tolerância por parte da prefeitura, como sendo

⁶³ Sr. Ruilon. Idem.

⁶⁴ Informação obtida no portal da prefeitura, endereço do site: www.uberlandia.mg.gov.br. (grifos meus).

⁶⁵ Ver Antunes. Op.cit. p. 93.

“Na verdade, a falta de empregos, que acarreta uma pressão social e que se encontra explicitada, inclusive na justificativa do projeto de lei, era um motivo mais plausível para que a administração municipal” tolerasse “o comércio” irregular”.

Esta é uma situação de difícil avaliação, mas mesmo que a prefeitura “tolerasse” tal atividade devido ao desemprego, os mecanismos de controle que ainda hoje estão sendo postos, dificultam a atividade (pelo menos na parte da lei, pois os ambulantes conseguem driblar estas adversidades). Contudo é necessário verificar a “historicidade específica” aliada a aspectos políticos e sociais.

Através de uma entrevista, pode-se ter uma idéia do significado do trabalho para os ambulantes. O Sr. Osmar, diz que trabalha na praça para não furtar

“Creio eu que órgão nenhum{ referindo á fiscalização da prefeitura} deve se interferir nesse assunto aí(...) O trabalho pra mim é muito sagrado, toda vida foi e vai sê(...) O trabalho pra mim num é bandulagem{vadiagem}não. Porque um banduleiro, ele tando bandulando ele é diferente(...) Veja bem, muitas pessoas que vende como ambulante, vende pra se mantê. Pur exemplo, ele deixa de fazer uma traquitanda pra podê trabalhá(...) Traquitanda que eu quero dizê é assim, furtá, agredi os outro pra tomá o que os outros tem...(...)”⁶⁶

O Sr. Osmar possui uma visão parecida com a que apresentei no capítulo I⁶⁷, isto é, de que a prefeitura deve deixá-los trabalhar em paz. Esta é a sua visão do significado de público, acontece que além disso, ele se considera acima de tudo um trabalhador honesto, que trabalha para sobreviver e, não fica por aí vadiando ou roubando o que não lhe pertence.

Antunes alerta ainda para o fato de que

“As ações dos poderes públicos são apenas um dentre os fatores que esclarecem os conflitos urbanos. Qualquer administração, sendo um dos elementos responsáveis, em nível local, pela organização da reprodução capitalista, deve ser vista, no mínimo, com uma boa dose de desconfiança pelo pesquisador.”⁶⁸

Outro artigo da Lei 4.230, que acredito ser relevante citar, coloca os ambulantes a mercê dos interesses políticos e da vontade da administração municipal

⁶⁶ **Sr. Osmar L. Silva**, amasiado, 52 anos, pai de dois filhos, originário do meio rural do município de Conquista/MG, vive em Uberlândia desde 1971. Sua “opção” em se tornar ambulante deveu-se ao fato de ter tido um AVC(acidente cardiovascular) que, tendo deixado seqüelas, o obrigou a aposentar-se por invalidez. Acervo de entrevistas de Antunes

⁶⁷ Esta visão refere-se ao fato de que se a polícia federal fazia “vista grossa”, não haveria porque a prefeitura ficar perseguindo os ambulantes.

⁶⁸ Ver Antunes. Op. Cit. P. 99.

“Art. 3º(...) I- O projeto de zoneamento dos locais destinados ao comércio ambulante.

§ 1º- O projeto de zoneamento é de caráter provisório, podendo ser alterado a qualquer momento , a critério da administração municipal, desde que tais locais passem a ser considerados inadequados e prejudiciais a população.⁶⁹”

Este artigo retrata de forma contundente, visível, o propósito da prefeitura em disciplinar (controlar) os espaços onde os ambulantes poderiam se instalar. Exemplo disso, foi à construção do Camelódromo Municipal (como já citei), que retirou os camelôs de locais “movimentados” para colocá-los num espaço que hoje (2003) é inócuo (principalmente depois que os ônibus urbanos (com exceção do beija-flor⁷⁰) deixaram de trafegar pela Avenida Floriano Peixoto), com o intuito de ter controle sob a atividade.

Observe agora, a versão do jornal Correio frente ao trabalho de rua. Seguindo a perspectiva anterior de “coitadinhos” que foi apresentada no capítulo anterior, o jornal que acaba por formar um senso comum na sociedade, atendendo a interesses das elites, mostra o trabalhador ambulante como um mero sujeito que luta para sobreviver, menosprezando suas vivências e experiências, em detrimento a interesses diversos.

Para o jornal Correio, o “trabalho informal é hoje o meio de sobrevivência de diversas famílias brasileiras em função dos altos índices de desemprego”.

Na reportagem do dia 24/01/2002⁷¹, o jornal informa que um dos ramos que mais crescem dentro das “atividades informais” é o comércio ambulante (note que o jornal continua a trabalhar com o termo “trabalho informal”, que como apresentei na introdução é de difícil conceitualização mesmo por parte dos órgãos oficiais (IBGE)).

Segundo o jornal “em Uberlândia um dos pontos mais atraentes aos ambulantes hoje é a calçada da Av. João Pessoa, próximo ao Terminal Central, devido à movimentação de pedestres⁷².”

O jornal informou que o secretário municipal de Serviços Urbanos, na época, Leonídio Bouças, disse que os fiscais da secretaria iriam fazer uma operação junto aos

⁶⁹ Prefeitura Municipal de Uberlândia, Lei 4.230 de 05 de novembro de 1985. Op. Cit. (grifos meus).

⁷⁰ Ônibus urbanos especiais, que possuem poltronas confortáveis, ar condicionado, mas, que não entram nos terminais do SIT.

⁷¹ **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: exemplar do dia 24 de janeiro de 2002, p. A-8. Título da reportagem: “Ambulantes terão que sair de calçada e praça”.

⁷² **JORNAL CORREIO**. 24/01/2002. Idem.

vendedores , primeiro para orientá-los a deixar o local e, posteriormente, para apreender as mercadorias, caso houvesse resistência. Nas palavras do secretário: "Queremos encontrar uma solução, porque conhecemos o problema da falta de emprego, mas eles (vendedores) não podem trabalhar descumprindo as determinações da secretaria."

Estou aqui escrevendo e imaginado a reação de quem lê este fragmento, será uma cópia atualizada da "justificativa" da Lei 4.230? Não parece o mesmo discurso dissimulado, demagógico de 1985? Acredito que sim, "reconhecemos a falta de emprego", mas o controle, a disciplina, o "rigor" da lei deve prevalecer. O tempo passa, porém a demagogia continua, isto é a política, um jogo de interesses onde a população é quem "paga o pato", como afirma um ditado popular a "corda sempre arrebenta do lado mais fraco", isto é, em política não dá para confiar em quem ganha, pois geralmente se legisla em causa própria, exemplo claro disso é a prefeitura que nesta gestão tornou-se um "cabide de empregos"(digo isso porque estou presenciando), além dos vereadores que aumentam seus salários sem nenhum pudor. Este é meio que um desabafo de quem escreve e, que vivencia todos esses despautérios no serviço público.

Para o vendedor Arrilton José Rodrigues, os locais que atendem os ambulantes são a própria Praça Oswaldo Cruz, ou a Av. João Pessoa, em frente ao Terminal Central. "Os vendedores querem trabalhar onde há maior trânsito de pedestres. Além disso, a regularização dos vendedores em local apropriado, foi promessa de campanha do prefeito Zaire Rezende.⁷³"

Volto a questão do controle dos espaços públicos por parte da prefeitura, agora no enfoque do jornal Correio. Ocorre que realmente hoje(2003), o passeio da Avenida João Pessoa, em frente ao terminal central está tomado por ambulantes e, isto o se deve pelo grande movimento de pedestres (já apontado acima), mas como estes não são os sujeitos históricos com os quais decidi trabalhar (pesquisar), torna-se incômodo para mim fazer qualquer avaliação do trabalho de rua naquela localidade, porque não entrevistei ninguém naquelas imediações, além de que os acervos de entrevistas a que tive acesso também não se referiam a tal local, portanto faltou-me evidências para posicionar-me.

⁷³ **JORNAL CORREIO**, Idem. Exemplar de 24/01/2002. Idem.

Mas é interessante ressaltar que o jornal acredita que o “trabalho informal” está relacionado aos “altos índices de desemprego”.

Contudo, apesar deste não ser o eixo central de minha pesquisa, acredito ser relevante comentar alguns aspectos referentes à construção do Shopping Popular, em frente ao Terminal Central. Este Shopping contará com 132 lojas, com inauguração prevista para junho/2003⁷⁴e, segundo o proprietário, José Valdemar Alves (que também é sócio no Camelódromo Central), o investimento é da ordem de R\$ 600 mil, além disso o local foi escolhido porque “diversos camelôs estão na região”⁷⁵.

Além das 132 lojas, o Shopping contará com praça de alimentação e playground, Valdemar disse que o valor da locação varia de R\$ 300 a R\$ 1.000 e, que 40% já estariam negociados. Ressalto duas “novidades” em relação ao Camelódromo Central: 1ª) obrigação de contribuir com uma verba de 10% do aluguel para publicidade; 2ª) regras para a definição dos produtos a serem comercializados.

Para Márcio Oliveira⁷⁶(assessor do empreendedor), ao comentar esta segunda “novidade”, afirmou que “teremos uma quantidade estipulada de loja para cada produto. Por exemplo, 10 lojas de roupas e 5 de calçados. Assim, evitaremos a concorrência interna exagerada.”

Minha opinião é a de que o “empreendedor” também procura disciplinar o trabalho ambulante, ao ditar o que pode e o que não pode ser comercializado, além de limitar quantidade de lojas ou disso ou daquilo. Ocorre que tenho consciência de que neste mundo globalizado em que vivemos, as relações capitalistas se desenvolveram para uma tal “maximização” dos lucros, que seguindo esta tendência, faz-se de tudo para conquistar o consumidor, sem que com isso, tenha-se “prejuízo” com a “concorrência Interna”, isto é, tudo que está sendo idealizado por este “empreendedor” está calcado na lógica capitalista da acumulação (o que não é nenhuma “novidade”, pois mesmo Marx, já vislumbrava isto).

⁷⁴ Até a data em que estava escrevendo esta monografia (início de julho/2003) não havia sido inaugurado, mas estava em construção.

⁷⁵ **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: Exemplar do dia 12 de março de 2003, p. A-6. Título da reportagem: “Comércio informal vai ter Shopping Popular”.

⁷⁶ **JORNAL CORREIO**.12/03/2003. Idem.

Segundo informações do jornal Correio⁷⁷, Uberlândia teria 1.200 vendedores ambulantes em situação irregular. Para o jornal:

“A promessa de legalizar a situação é motivo de comemoração entre os vendedores ambulantes (isto deve ao fato do chefe da fiscalização em posturas, Aparecido Antônio dos Santos, ter informado que abriria um edital para regularizar tal situação). Um dos pontos favoráveis ao cadastramento foi à garantia da secretaria de Serviços Urbanos, de que esses profissionais liberais não serão retirados das praças e ruas da cidade. O maior medo dos vendedores é de serem forçados a ir para estruturas fechadas, como o Camelódromo Municipal, onde são cobradas taxas de manutenção que chegam a R\$ 100 por ano.”

Chamo a atenção do leitor para como o discurso do poder público municipal se contradiz, entre uma reportagem e outra. Na primeira o reconhecimento do problema, mas a lei deveria ser cumprida, na segunda a suposta “garantia” de que ninguém seria retirado das praças ou ruas. Fica difícil até mesmo para quem está escrevendo trabalhar com tanta contradição, mas este é o ofício do historiador, a busca constante das contradições que por vezes são maquiadas. Neste trabalho digo maquiadas, escondidas, dissolvidas, na linguagem do jornal Correio.

Relativo ao problema dos ambulantes em irem para locais fechados e, terem de pagar taxas o depoimento do Sr. José⁷⁸ é esclarecedor

“No ano passado paguei mais de R\$ 100 em taxas. Como em cada mês a gente ganha um tanto, tinha vez que não conseguia tirar o suficiente para pagar esses valores e as minhas contas (...) No momento, eu não tenho condição de pagar as taxas que são cobradas nesses outros pontos de camelôs. Só de aluguel eu pago R\$ 100 e ainda tenho mulher e filho para sustentar.”

Este é um exemplo de saiu da “legalidade” (que seria pagar o box no Camelódromo Municipal), porque o que ganhava não estava sendo suficiente para suprir suas necessidades e da família. O jornal informou que o Sr. José é aposentado e recebe um salário mínimo por mês. Com a venda ambulante consegue em média dois salários mínimos, para complementar sua aposentadoria, é com esse dinheiro que sustenta família e compra produtos para vender na praça⁷⁹.

⁷⁷ **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: Exemplar do dia 21 de setembro de 2002, p. B-3. (grifos meus). Título da reportagem: “1,2 mil camelôs estão irregulares”.

⁷⁸ Sr. José Loreno de Souza. Reportagem do jornal Correio, exemplar do dia 21/09/2002, p.B-3. Idem.

⁷⁹ **JORNAL CORREIO**. 21/09/2002. Idem.

Aliado a todas essas dificuldades, o vendedor de roupas, Luiz Carlos Santa Rosa, que trabalha na Av. João Pessoa, disse que "aqui, há competição por espaço. Tem de chegar cedo para ocupar as melhores vagas".

Contudo, já no final de ano de 2001⁸⁰, o então secretário, Leonídio Bouças já prometia rigor na fiscalização. O secretário disse que estava "tencionando fazer uma reunião com a fiscalização para ver que medidas vamos tomar, porque realmente nós não vamos permitir o descontrole dessa situação."

O jornal Correio informou que segundo o secretário, a grande movimentação de ambulantes seria por conta das festas de fim de ano. Também afirmou que o secretário estaria consciente da situação dos "desempregados que acabam indo tentar algum ganho".

Outra dificuldade é relativa a "pressão" que a CDL, realiza sobre a prefeitura e, conseqüentemente sobre os ambulantes. Cabe lembrar da instituição da CPCA, para verificar que esta constitui-se no sentido de assegurar os interesses desse segmento em relação aos interesses dos ambulantes.

Pela fala do Sr. José Aguinaldo⁸¹, observa-se que este tem consciência de que os ambulantes estão sendo perseguidos, devido a interesses dos lojistas da cidade.

"É nos momentos ...nas datas de comemoração que é o dia das mães, dia dos pais. Aí os lojistas pegam no pé lá do secretário entendeu? E o secretário diz:- 'O dia das mães aí, os camelôs e tal, não quero ninguém nas portas da loja e nos passeios', pega no pé mesmo!(...) E o argumento deles[dos fiscais da prefeitura] é o seguinte: que eles tão cumprindo ordem, que não pode trabalhar em determinado espaço, por exemplo, aqui na praça , nos passeios, é no centro da cidade, conforme o local, não pode ficar(...) Mais eles não usa só esses argumentos, eles chega e já quer tomar a mercadoria."

Seguindo esta vertente, a reportagem do jornal Correio, do dia 06/07/2002⁸², traz a notícia do envio de um ofício da CDL (Câmara de Diretores Lojistas), para o prefeito Zaire Rezende, solicitando a assinatura de um decreto que avaliasse as feiras itinerantes na cidade de Uberlândia. Seria constituída uma comissão, formada pela CDL e poder

⁸⁰ **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: exemplar do dia 06 de dezembro de 2001, p. A-7. Título da reportagem: "Camelôs estão novamente na mira dos fiscais". (grifos meus)

⁸¹ **Sr. José Aguinaldo**, 40 anos, solteiro. Natural de Itapuã. Vive há 36 anos em Uberlândia. Ambulante/camelô. Entrevista realizada no 1º semestre de 2001. Acervo de entrevistas de Antunes.

⁸² **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: Exemplar do dia 06 de julho de 2002, p. A-5. Título da reportagem: "Feiras de fora incomodam lojistas da cidade".

público, que teria a autoridade para emitir ou não o alvará de funcionamento de feiras eventuais.

Esta solicitação se deu porque no dia 01/07/2002, mais de 50 lojistas de Goiânia estiveram na cidade e ocuparam uma área próxima a Praça Tubal Vilela. Esta feira (autorizada pela prefeitura) “provocou alguns protestos entre comerciantes da região central, que temiam serem prejudicados⁸³”.

O “medo” dos comerciantes era de ocorrer, algo que “acontecera há alguns anos”, isto é, “todas as vezes que havia uma data comemorativa, lojistas de outras cidades se instalavam em Uberlândia e, acabavam prejudicando o comércio local”. Esta afirmação foi colocada pelo assessor da CDL, Nivaldo Martins Silva.

Nota-se claramente o desejo de controlar essas feiras, pois a comissão (CDL/PMU) seria responsável por acompanhar a instalação das feiras e exigir o cumprimento da legislação.

Agora na versão de Eliel Rodrigues, um dos organizadores da feira, as queixas dos comerciantes locais não procedem, porque toda mercadoria trazida para revenda foi fiscalizada duas vezes. “Pagamos a diferença de impostos na barreira e ontem recebemos fiscais da fazenda. Estamos recolhendo impostos e gerando empregos⁸⁴”.

Verifica-se um antagonismo entre a versão da CDL, e de um dos organizadores da feira, acredito que os comerciantes de Goiânia pagaram seus impostos, mas para evitar “prejuízos” a CDL se armou com esta comissão, para dificultar este tipo de atividade na cidade.

Ainda nessa reportagem o Sr. secretário de Serviços Urbanos, Renato Bouças (irmão do ex-secretário), disse estar atento ao movimento de ambulantes na cidade.

“O Código de Posturas do município está sendo descumprido de inúmeras formas. São placas e luminosos irregulares, panfletagem ilegal e utilização de calçadas. Estamos iniciando um trabalho intenso para fazer valer o Código de Posturas do município⁸⁵”.

⁸³ JORNAL CORREIO. 06/07/2002. Idem.

⁸⁴ JORNAL CORREIO. 06/07/2002. Idem.

⁸⁵ JORNAL CORREIO. 06/07/2002. Idem.

Anterior a esta reportagem, no dia 18/08/2001⁸⁶, o jornal Correio noticiava uma blitz, de fiscais de postura do município. Na época, os fiscais notificaram um vendedor de móveis de madeira, porque sua prática feria o Código de Posturas do município, que “só permite que a comercialização de produtos e serviços seja feita por empresas que possuam alvará.”

Para comercializar os produtos no município, o Código de Posturas exige a formalização da empresa na secretaria de finanças e, dependendo do caso na secretaria de serviços urbanos.

O então secretário de serviços urbanos, Leonídio Bouças, afirmou no jornal que:

“Não queremos impedir que ninguém trabalhe, mas seremos exigentes quanto ao cumprimento do Código de Posturas do município, até porque, essas empresas que vêm a Uberlândia apenas para vender seus produtos não possuem nenhum compromisso com a cidade e podem inclusive prejudicar o comércio local⁸⁷.”

A fala do secretário a meu ver, demonstra um protecionismo ao comércio local, que como já apresentado pressiona o poder público em favor de seus interesses.

Um aspecto a ser considerado deste protecionismo promovido pelo poder público municipal, está expresso na questão da vinda de empresas para a cidade de Uberlândia:

“A prefeitura municipal de Uberlândia, pode , ainda conceder incentivo para investimentos: através de um convênio assinado com o CDI/MG, a prefeitura de Uberlândia poderá doar até 100% do terreno necessário, já com toda infra-estrutura básica (energia, água, esgoto, pavimentação, telefonia e serviços auxiliares) para a instalação da unidade fabril. Sendo que estes dependerão do projeto analisado. O município pode, também, conceder isenções de tributos municipais (ISS/IPTU) às empresas eminentemente industriais e que estiverem instaladas no distrito industrial, pelo prazo de até dez anos, a contar da data em que foi feito o pedido⁸⁸.”

A seguir cito o endereço na Internet, onde você leitor, encontra a relação dos principais contribuintes no PIB da cidade, na área do comércio, lembro que a citação das empresas referem-se a política da prefeitura de acatar “ditames” da CDL, em favor

⁸⁶ **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: Exemplar do dia 18 de agosto de 2001, p. A-5. Título da reportagem: “Agentes cobram código de posturas”.

⁸⁷ **JORNAL CORREIO**. 18/08/2001. Idem.(grifos meus).

⁸⁸ Informação obtida no site: www.uberlandia.mg.gov.br (grifos meus).

próprio. É uma relação extensa que está no portal da prefeitura⁸⁹, vinculada à página da secretaria de Indústria e Comércio.

Sobre uma ação realizada na Praça Tubal Vilela, que retirou ambulantes irregulares, Leonídio Bouças, disse ao jornal que: "Precisamos garantir o uso racional das vias do município. Nossa intenção é conscientizar o comerciante local para a necessidade de se cumprir o código de posturas (...) ⁹⁰".

Acredito não ter necessidade de comentar a fala do secretário, que como já disse é contraditória. Antunes aponta que no mês de junho/2001(dois meses antes da reportagem referida acima), quando Zaire já havia assumido a administração, uma de suas "primeiras ações" foi à retirada sumária, com aviso prévio de dois dias , "dos camelôs/ambulantes" da praça Tubal Vilela "um dos pontos preferidos por esses trabalhadores⁹¹".

Tive a oportunidade de observar que na maioria das vezes , o jornal Correio, toma uma atitude pejorativa frente ao trabalho dos ambulantes. São tratados como pessoas que estão envolvidas com polícia, com venda de bilhetes que ninguém recebe o prêmio, que prejudicam o comércio local com a venda de CDs piratas.

No dia 26/02/2002⁹², o jornal noticiou a apreensão de 3 mil passes de ônibus falsificados, que estavam a venda na Praça Tubal Vilela e nas proximidades do Terminal Central, por cambistas e vendedores ambulantes.

O jornal informou que "uma operação da polícia civil, culminou com a apreensão de 3 mil passes de ônibus", além disso "treze pessoas foram detidas por estar de posse do material ". O delegado, Cândido Martins da Cunha, disse que o "derrame de passes foi praticado por um homem conhecido como" Tiririca" de São Paulo⁹³".

Os treze ambulantes abordados pelos policiais, foram levados num ônibus para a delegacia e, todos foram ouvidos em cartório e depois liberados. Todos contaram que compraram os passes, sem saber se eram falsificados. O delegado afirmou que "os

⁸⁹ Endereço do portal: www.uberlandia.mg.gov.br.

⁹⁰ **JORNAL CORREIO**. 18/08/2001. Idem.

⁹¹ Ver Antunes. Op.Cit. p. 91.

⁹² **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: Exemplar do dia 26 de fevereiro de 2002, p. B-4. Título da reportagem: "Civil descobre derrame de passes falsificados".

⁹³ **JORNAL CORREIO**. 26/02/2002. Idem.

vendedores que estiverem envolvidos com o derrame ou agindo de má fé serão indiciados por estelionato⁹⁴.

Para uma pessoa que se informa pelo jornal e, que acredita em tudo “porque apareceu no jornal”, este fato é um ‘prato cheio’ para condenar sumariamente os ambulantes, taxando-os de vagabundos, estelionatários, trapaceiros (pessoa que engana os outros). É o problema levantado anteriormente da formação de um “senso comum”, em uma sociedade acrítica, pelo menos eu acredito que na maioria das vezes os leitores são “induzidos” pela linguagem dos jornais, que formam esse “senso comum”(é comum se ouvir “é verdade porque deu no jornal, ou na TV”).

Na reportagem do dia 21/03/2002⁹⁵, o jornal “avisava” a quem tem costume de arriscar a sorte em bilhetes instantâneos para que tomasse cuidado com o regulamento e validade das cartelas adquiridas. A notícia estava desta forma no jornal:

"(...) É bom ficar atento ao regulamento do sorteio e, principalmente à validade da cartela adquirida nos pontos de venda ou com os vendedores ambulantes. O alerta é com relação à azulzinha⁹⁶, pois alguns defeitos aparentemente imperceptíveis, como uma pequena rasura, na parte a ser raspada ou uma dobra na borda da cartela, podem fazer com que o ganhador perca o direito de retirar o prêmio⁹⁷."

Apenas o fato do jornal citar os ambulantes nessa reportagem, pode causar a impressão de que eles adulteram (rasuram), dobram as cartelas que estão a venda, fazendo com que os mesmos percam a credibilidade junto aos compradores.

Relativo aos CDs piratas, na reportagem do dia 26/01/2003⁹⁸, o jornal fazia um balanço comparativo das décadas de 70/80, onde constata que hoje devido à pirataria e aos preços altos das gravadoras, a cidade conta com apenas 5(cinco) lojas especializadas em CDs originais.

O jornal informou que em Uberlândia chegaram a operar, nas décadas de 70 e 80, mais de 15 lojas de discos e fitas cassetes."Hoje , devido à pirataria e os preços salgados

⁹⁴ **JORNAL CORREIO**. 26/02/2002. Idem.

⁹⁵ **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: Exemplar do dia 21 de março de 2002, p. A-4. Título da reportagem: "Apostadores dizem não receber prêmio". (grifos meus).

⁹⁶ Azulzinha- espécie de jogo da região, patrocinado pelo governo de Minas Gerais, composto por uma cartela com vários números, sendo que o sorteio ocorre aos domingos com transmissão em um canal aberto de televisão.

⁹⁷ **JORNAL CORREIO**. 21/03/2002. Idem.

⁹⁸ **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: Exemplar do dia 26 de janeiro de 2003, p. C-6. Título da reportagem: "Comércio legal de CDs entra em crise".

praticados pelas gravadoras, há na cidade apenas cinco lojas de CDs originais.” Acredito que por motivos de marketing, o jornal informa quais são : “Discolar, Terminal do CD, Discolândia, Via CD e Hippopótamus”. Além de duas lojas de departamentos: "Carrefour e lojas Americanas e, uma livraria" Siciliana⁹⁹”.

Na mesma reportagem, a vendedora , Débora Maestri, diz que "enquanto o mercado de lojas de CDs diminui, a cada dia aumenta o número de camelôs e ambulantes que vendem discos piratas”. De acordo com seu relato as vendas foram reduzidas em 80% nos últimos três anos, enquanto um CD original chega a R\$ 28, um similar pirata pode ser encontrado por R\$ 5. Segundo Débora: “ O produto original tem um público cativo, mas grande parte dos consumidores prefere o pirata por causa do preço”. A vendedora afirma ainda que:" Enquanto isso, as gravadoras vendem a valores menores para as lojas de departamentos ", o que logicamente gera uma concorrência desigual.

Todas cinco lojas citadas expressaram a mesma opinião- pirataria, e altos preços- para justificar a “maré ruim” . Contudo, uma loja tradicional da cidade , A Discolândia, que atua no mercado há 38 anos, para contornar “tantas dificuldades econômicas” , a pirataria, , o mercado recessivo, agregou além dos produtos musicais, também calçados. Desde o ano passado os CDs dividem os espaço com os sapatos. A iniciativa apresenta resultados, pois “as pessoas vêm comprar um sapato de presente e, se interessa por um CD”, afirmou um dos proprietários¹⁰⁰.

Esta reportagem aponta reflexos da crise que assola o país de forma que a loja de CD, tenha de vender "calçado" para não fechar. Quanto aos ambulantes é lógico que se eles comprem CDs piratas a preços baixos, e estes vendem bastante (pelos motivos acima apontados), a tendência é continuar a fazer a venda desse produto (CD), mas que prejudica o comércio das lojas especializadas é evidente.

Outra dificuldade encontrada pelos ambulantes é quanto à queda de vendas em vários períodos do ano: Camaru, dia de finados, fim de ano. Na reportagem do dia

⁹⁹ **JORNAL CORREIO.** 26/01/2003. Idem.

¹⁰⁰ **JORNAL CORREIO.** 26/01/2003. Idem.

03/11/2001¹⁰¹, o jornal Correio apontava a reclamação dos ambulantes devido às baixas vendas. Segundo o jornal "os vendedores ambulantes lotaram as proximidades dos cemitérios Bom Pastor e São Pedro, em Uberlândia, mas o volume de vendas de produtos típicos para o dia de finados, como velas e flores não agradou".

O vendedor, Vagmar Alves Fernandes, disse que no ano anterior (2000), vendeu em torno de R\$ 1,6 mil em produtos, no ano de 2001 até as 15 horas, não havia vendido nem R\$ 200. Conforme o vendedor afirmou ao jornal "o preço dos arranjos baixou de R\$ 6, no início do dia, para R\$ 2 à tarde. A gente quase dá de graça os produtos só para não levar de volta para casa¹⁰²".

Na mesma reportagem, o jornal apontava que a vendedora de flores naturais, Fernanda Matos Vasconcelos, estaria em situação semelhante. Segundo ela, "neste ano (2001) cada arranjo foi vendido por R\$ 1 a menos que em 2000". Ela disse que no ano anterior, vendeu todas as peças até as 14 horas, neste ano o que era vendido por R\$ 5, saiu por R\$ 4 e R\$ 3.

No Camaru¹⁰³ (Centro de Amostras e Aprendizagem Rural de Uberlândia) 2002, a expectativa era dos ambulantes, comerciantes, desempregados em terem uma oportunidade de garantir um dinheiro extra ou aumentar o orçamento familiar.

Na reportagem do jornal Correio, do dia 31/08/2002¹⁰⁴, o mesmo informou a expectativa de negócios em torno de R\$ 45 milhões, sendo que na área externa do parque, há uma expansão do "mercado informal" (o jornal insiste nesse termo), principalmente na exploração de setores como alimentação, bebidas, brinquedos, acessórios e estacionamento.

Um exemplo de quem passou para o lado de fora do parque, é da Sra. Maria da Silva Pereira, que passou a vender bebidas e lanches na área externa (depois de 8 anos

¹⁰¹ **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: Exemplar do dia 03 de novembro de 2001, p. A-8. Título da reportagem: "Ambulantes reclamam de vendas".

¹⁰² **JORNAL CORREIO**. 03/11/2001. Idem.

¹⁰³ CAMARU- exposição agropecuária da cidade de Uberlândia. Geralmente ocorre a partir do dia do aniversário da cidade (31/08) até mais ou menos uma semana após.

¹⁰⁴ **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: Exemplar do dia 31 de agosto de 2002, p. A-5. Título da reportagem: "ambulantes esperam lucrar com CAMARU".

dentro do parque), devido ao alto custo dos aluguéis das áreas internas, que chegam a R\$ 3,5 mil, do lado de fora não passava de R\$ 400¹⁰⁵.

Creio que a principal informação que o jornal traz é a de que na época da exposição, esta se “transforma em alternativa de trabalho temporário para muitas pessoas”. Fora e dentro do parque de exposições, muitos desempregados ajudam na montagem de barracas, instalações de redes elétricas e atendimento.

Exemplo disso (conforme descrito no jornal), é o desempregado, Reinaldo Magno da Cruz (motorista), que na época estava sem emprego há um ano e três meses, e que apostou no comércio ambulante de bebidas e sanduíches.

"Segundo ele, a montagem da barraca foi possível através de uma sociedade com um amigo que forneceu o dinheiro para a compra dos materiais e alimentos, ele entrou apenas com a construção da barraca e mão de obra." Se vendermos R\$ 200 por dia teremos lucro ", afirmou o motorista¹⁰⁶.

Noutra reportagem do jornal Correio, do dia 11/12/2001¹⁰⁷, este noticiou o medo de muitos comerciantes (proprietários de boxes) nos centros de compras voltados para a “classe média baixa” da cidade, que demonstravam preocupação com os resultados do ano de 2001 para o período do natal.

José Pedro Campelo, até então gerente do Camelódromo Central, disse que “nos anos anteriores , desde 1º de dezembro já tínhamos movimento de crescimento”. O gerente é dono de uma loja de calçados e artigos de couro dentro do centro de compras e foi presidente da associação de vendedores ambulantes por dez anos, conforme informação do jornal.

A vendedora, Marluce Maria, que vende relógios, afirmou que “estamos esperando pelos consumidores. A crise afetou todo mundo. Falta dinheiro no bolso das pessoas¹⁰⁸”. Esta afirmação dispensa comentários.

No mês de junho/2002¹⁰⁹, o Camelódromo Central, registrou que caiu de 60% nas vendas. Os comerciantes que mesclam as vendas de importados com produtos

¹⁰⁵ JORNAL CORREIO. 31/08/2001. Idem.

¹⁰⁶ JORNAL CORREIO. 31/08/2001. Idem.

¹⁰⁷ JORNAL CORREIO, Uberlândia: Exemplar do dia 11 de dezembro de 2001, p. A-5. título da reportagem: “Empresários esperam aquecimento nas vendas com a liberação da segunda parcela do 13º salário”.

¹⁰⁸ JORNAL CORREIO. 11/12/2001. Idem.

¹⁰⁹ JORNAL CORREIO, Uberlândia: Exemplar do dia 28 de junho de 2002, p. A-7. Título da reportagem: “Redução nas vendas em camelôs chega a 60%”.

nacionais-principalmente vindos de São Paulo-, sentem de forma intensa o reflexo da alta do dólar. Os produtos mais afetados pela desvalorização do real, são os eletrônicos, brinquedos e acessórios. Com o dólar mais caro, eles compram produtos em menor quantidade e, a margem de lucro é reduzida.

O jornal informou que o gerente do Camelódromo Central, José Campelo, disse que a queda nas vendas está “assustando” os comerciantes. Segundo ele, cada loja precisa vender uma média de R\$ 4 mil por mês, para garantir a reposição dos estoques e o pagamento dos custos. “Isso dá uma média diária de R\$ 153,00. Pergunte aqui quem vendeu isso hoje?”. O gerente diz ser esse o mês (junho/2002) mais crítico enfrentado pelos lojistas do camelódromo, desde que o local foi inaugurado, há quase seis anos¹¹⁰.

Além do dólar, a crise econômica que o país atravessa, são fatores apontados pelos comerciantes como responsáveis pela queda nas vendas. A proprietária de loja, Consuelo Ferreira, chama a atenção para outros fatores, como por exemplo o comércio livre nas ruas, que contribuem para a queda nas vendas de importados. “As pessoas não estão tendo dinheiro para comprar. Muitos querem mas não podem, além disso, quem está aí na rua vendendo, não paga impostos¹¹¹”. Por mês, no Camelódromo Central, “cada lojista gasta de R\$ 650 a R\$ 746 com aluguéis, impostos e taxas municipais”, informa a comerciante.

Comentando esta última reportagem, fez-me lembrar dos chamados “ricos camelôs”, pois para quem pode pagar mais de R\$ 600 por mês em taxas, não haveria porque reclamar dos que trabalham nas ruas, mesmo porque os ambulantes que comercializam nas ruas, pagam impostos- não todos, a maioria de forma irregular-, estes que estão irregulares justificam que é por não terem condições de pagar as taxas em locais fechados, que trabalham dessa forma¹¹².

Com relação à crise, a falta de dinheiro, são situações que assolam a população de maneira geral. A seguir interpreto através de reportagens e entrevistas feitas pelo jornal, que mesmo com crise as pessoas continuam comprando. No final de ano de

¹¹⁰ **JORNAL CORREIO**. 28/06/2002. Idem.

¹¹¹ **JORNAL CORREIO**. 28/06/2002. Idem. (grifos meus).

¹¹² Ver esta discussão na p. 62, deste trabalho.(Ricos camelôs).

2002¹¹³, as ruas no centro da cidade estavam abarrotadas de pessoas e veículos. Nas palavras do jornal

“O trânsito no centro da cidade estava caótico e, à tarde, o engarrafamento e a falta de locais para estacionamento contribuíram para aumentar o caos. Nas calçadas, as pessoas se espremiavam junto aos vendedores ambulantes, que tentavam aproveitar o movimento para acabar com seus estoques. Nas lojas o fluxo de consumidores também era maior que o observado nos últimos dias, acima de tudo nas lojas que vendem produtos populares de até R\$ 2”¹¹⁴.

O jornal entrevistou a professora da rede estadual, Irma Alves de Resende, que disse estar comprando um presente e que, a cada ano, ela reduz os gastos. “A cada ano sinto um aperto maior e compro menos. Tenho a preocupação de cuidar das finanças para não ficar endividada”. Irma questionou o grande movimento da cidade, mas este movimento não indicava muitos gastos, já que a maioria das pessoas que caminhavam pelas calçadas estavam com poucos pacotes, conforme noticiou o jornal.

A operadora de caixa, Isabel Nunes de Souza, disse ao jornal que o movimento das ruas é grande porque as pessoas saem procurando preços menores, já que tudo subiu durante o ano. “Os preços estão elevados. por isto eu reduzi os presentes: por causa da falta de dinheiro”¹¹⁵.

Apenas para exemplificar esta situação, quem escreve, é um sujeito que também passa por dificuldades financeiras (por isso citei acima que é um problema que “assola a população”). No Natal do ano passado fui convidado para participar de uma brincadeira de amigo secreto. Ocorre que em casa apenas eu trabalho e, tenho esposa e três filhos, então só em presentes de 1,99, gastaria R\$ 9,95, acredite que procurei apenas produtos deste preço e, ainda assim, quase que o dinheiro foi suficiente.

Até aqui demonstrei algumas reportagens do jornal Correio, dos anos de 2001, 2002, 2003, que tinham alguma ligação com o trabalho de rua, ou seja, que diziam respeito a ambulantes . Temas como: controle da CDL, cumprimento do Código de Posturas, Cds piratas, Camaru , crise, forma levantados.

¹¹³ **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: exemplar do dia 25 de dezembro de 2002, p. A-3. Título da reportagem: “Consumidor gasta menos nas compras de véspera”.

¹¹⁴ **JORNAL CORREIO**. 25/12/2002. Idem.

¹¹⁵ **JORNAL CORREIO**. 25/12/2002. Idem.

A partir de agora, procuro desvendar algumas particularidades do trabalho de rua, utilizando para tanto depoimentos orais e reportagens do jornal Correio. Demostro também como a idéia de trabalho está arraigada na Praça Tubal Vilela, que hoje é referência para as pessoas que vendem ou compram vales-transporte, ou seja, se você deseja comprar ou vender passes, basta se dirigir até a Tubal Vilela.

A permanência dos ambulantes na Praça Tubal Vilela, constitui-se numa estratégia de vivência, de um espaço na cidade que de toda forma procura ser controlado pelas elites (CDL) ou pelo poder público (prefeitura). Este é um processo de transformação da economia que abre um leque possibilidades, inclusive com a diversificação de produtos comercializados.

Minha perspectiva de trabalho é de um trabalhador que não se sente “excluído” do sistema capitalista, onde o consumo torna-se uma “máscara social”¹¹⁶ e, onde a propriedade perde seu caráter de privilegiar imóveis, tendendo a valorizar o carro, a televisão, o vídeo, o vale-transporte, em detrimento a outros bens. Demonstrando que para eles trabalhar além de ser um meio de sobrevivência é digno, conforme se constata na fala do Sr. Osmar¹¹⁷, pois a cada dia o trabalhador que sobrevive do trabalho nas ruas, tem a oportunidade de levar alguns trocados para casa para sustentar sua família¹¹⁸, coisa que por vezes um assalariado não consegue, pois seu pagamento é mensal e, no meio do mês já não se tem dinheiro para as necessidades diárias.

Também procuro me desvincular desta historiografia economicista¹¹⁹, buscando outros valores e, privilegiando os depoentes, num sentido de resgatar suas vivências e experiências, tal qual o título deste trabalho, pois os processos de tomada dos espaços “públicos” constitui-se numa reconstrução constante de estratégias de sobrevivência.

¹¹⁶ Ver Martins. Op.Cit. p.17, deste trabalho.

¹¹⁷ **Sr. Osmar.** Idem . Ver página 41 deste trabalho.

¹¹⁸ Esta discussão refere-se a uma entrevista realizada por um aluno da graduação, chamado Alan Kardec, que trabalha com os engraxates na cidade de Uberlândia.

¹¹⁹ Ver esta discussão na p. 11, deste trabalho (estatísticas).

O Sr. Alcindo¹²⁰, revela que por não ter conseguido um emprego de carteira assinada, tornou-se ambulante e, dessa forma inseriu-se no cenário urbano (rua), participando de sua transformação.

"Vindia pipoca, vindia doce, vindia biscoito (...) um dia acertei a mão num ponto, perto do banco Comind (...) Uma moça perguntou - O que você vende aí? - 'É biscoito' - Hááá! é o dor na nuca? Eu quero um. Eu comecei ali com essas moça do banco, e aí eu fui ficando mais conhecido, fazendo amizade, fui aumentando a friguísia (...) Eu ia no banco Comind, depois ia na ICASU. O banco Comind quebrou e aí eu tive que procurar outro ponto. Ficava rodando, procurando ponto. Ali onde era a Riachuelo eu acertei o ponto, trabalhei vários anos ali(...) Assim que começou a construir a loja eu tive de sair."

A fala do Sr. Alcindo demonstra claramente como estes trabalhadores vão se adequando as mudanças ocorridas no espaço urbano, mudando de local devido as novas construções, devido a um banco que fecha e, ele perde a "*Friguísia*", devido às exigências de novos ocupantes do espaço, como comerciantes e proprietários de lojas.

Antunes¹²¹ aponta como razão para a diversificação dos produtos comercializados, a dificuldade em transportar as mercadorias até o centro, apontada por vários ambulantes como um dos problemas enfrentados no cotidiano, isto excetuando-se os vendedores de vales-transportes. "Segundo eles, é muito incômodo o transporte das mercadorias nos ônibus, porque" é muita mercadoria, muita mala, mais a banca, esbarra em todo mundo e aí já viu, o pessoal fica olhando atravessado para a gente".

A discussão acima esclarece em parte a preferência por um produto em relação ao outro, o vale-transporte até mesmo por ocasião da fiscalização têm -se à facilidade de recolher o material e "se mandar". Para tentar fugir da fiscalização da prefeitura e impedir que seus produtos sejam confiscados, os ambulantes ficam atentos e, "pelo menos duas vezes por semana, procuram novo ponto para atuar".¹²²

Além do incômodo do transporte, o próprio local de trabalho não é dos mais confortáveis, precisam montar sua banca com uma caixa de papelão (ou caixotes tipo

¹²⁰ **Sr. Alcindo Batista Dos Santos**, 71 anos, amasiado, pai de 5 filhos, atualmente aposentado. Mora em Uberlândia há 23 anos. Mesmo aposentado continuou na atividade vendendo doces e pipocas e parou recentemente, no início de 2000, devido a problemas de saúde. Acervo de entrevistas de Antunes.

¹²¹ Ver Antunes. Op. Cit. p. 44.

¹²² **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: Exemplar do dia 12 de janeiro de 2003, p. A-7. Título da reportagem: "Mascate, profissão que ainda dá lucro".

CEASA, que acondicionam alimentos), além de um banquinho plástico, sendo que alguns utilizam até latas de tinta para se sentarem.

Geralmente levam consigo este pequeno banco, os vales-transportes e as moedas para fazerem o troco. Reclamam que ficar “sentado” o dia todo é muito cansativo, sem contar que a água, precisa ser tomada da própria praça e, quando levam almoço ou ganham algum lanche, se alimentam ali mesmo e isto não é nem um pouco confortável.

A justificativa dos órgãos oficiais (IBGE, SINE) para o desemprego, relaciona-se intimamente com a qualificação do trabalhador. Os trabalhadores, considerados “não qualificados” ao chegarem a cidade, desenvolvem estratégias de sobrevivência e acomodação ao cenário da cidade.

O Sr. Django¹²³ relata seu ponto de vista sobre a qualificação:

"Apesar da empresa [na cidade de origem] estar indo bem, tendo seus equipamentos sendo modernizados, mas houve um 'enxugamento'. Então eu e meus colegas fomos , vítimas dessa modernização (...) Na verdade, o que me faltou foi quem me desse oportunidade (...) Porque pelo tempo de experiência que tenho eu acredito no meu potencial (...) Na visão deles[dos empresários de gráficas em Uberlândia] eu fazia um trabalho primitivo, porque ele disse :- 'Nós temos aqui um equipamento mais avançado com o qual você não sabe lidar'. E eu pedi um prazo de uma semana para aprender a lidar com esse equipamento , mas eles não quiseram me dar essa oportunidade(...)Eu tentei a LBV que promove cursos na área de computação(...) Junto à federação da indústria , fiz o cadastro lá, mas, segundo me disseram lá, a empresa se precisar de mim, então eu seria chamado para fazer essa qualificação, do contrário eu teria que ficar esperando(...)”¹²⁴

A qualificação em alguns casos torna-se “algoz” do trabalhador, pois a “modernização” não poupa quem não “atualizar-se”. No caso do Sr. Django este foi vítima da modernização (dispensado), contudo ele tem consciência de seu potencial, que é menosprezado pelo empresariado (que exige um diploma), aliado a isso o trabalhador se sente “culpado” por não conseguir emprego, e tenta formas para contornar a situação (cursos de computação). Fatores como: escolaridade, idade,

¹²³ **Sr. Django Alves da Silva**, 30 anos, casado, pai de quatro filhos. Natural de Currais Novos-RN. Reside na cidade há três anos. É vendedor ambulante comercializando os produtos da empresa King's Gel Indústria & Comércio Ltda. Acervo de entrevistas de Antunes.

¹²⁴ **Sr. Django**. Idem.

cursos, influenciam na disputa por uma vaga no mercado de trabalho, acontecendo do “desqualificado” ficar de fora desta disputa.

As preocupações que predominam entre os ambulantes referem-se a “fiscalização da prefeitura, as dificuldades de acesso ao centro da cidade, a relação com os lojistas¹²⁵”. Por conta dessas preocupações reestruturam suas vivências e em certa medida seus valores. Para responder as perguntas desse capítulo, a entrevista com a Sra. Durvalina¹²⁶ auxilia no desvendamento de nuances do trabalho de rua.

Esta senhora muito atenciosa atendeu-me prontamente quando me apresentei e solicitei uma entrevista com a mesma. Ela trabalha há 2 anos com venda de vales-transportes, portanto não se recorda da época anterior a inauguração dos terminais (1997) e, por isto disse-me:

“(...)Ah, meu filho, eu não notei diferença no movimento das pessoas, pra mim continua a mesma coisa (...) As pessoas que têm condução própria, ou bicicleta é que vende os passe pra completar a renda (...) Ontem um rapaiz me vendeu 50 passes e disse que era pra comprá leite e fraldas (...) Aparece muito assim, precisa de dinheiro pras outras coisa, aí vende os passe (...)”¹²⁷

Sobre quem compra e, o valor do lucro a vendedora disse:

“(...)Ah! São as pessoas que vem compra roupa, calçado, nas lojas próximo da praça que compra. Também quem vem nos banco, pagá ou recebê é que faiz a compra (...) Eu compro por R\$ 1,30 e vendo por R\$1,40, mais se for alguma empresa aí a gente faiz desconto (...) O dinheiro que eu ganho dá pro leite, pão, sacolão, mais não posso comprá em loja, fazê compromisso grande, porque tem dia que ganha e, tem dia que não (...) hoje mesmo eu tô sem dinheiro pra comprá passe¹²⁸”.

A entrevistada contou-me que seu braço esquerdo “congelou as juntas” e, que o “Dr. Sérgio” disse que “não tem jeito”, usa o remédio só para “tirar as dor”. Ela contou que alguns dias da semana não são bons para o comércio:

“(...)Assim que nem hoje é sexta feira o movimento é fraco, na quinta e sexta é ruim(...)Os dias melhor é na segunda, terça e quarta, é mais movimentado(...) também depois do dia 20 cai o movimento¹²⁹”.

¹²⁵ Ver Antunes. Op. Cit. p. 53.

¹²⁶ **Sra. Durvalina dos Santos**, 58 anos. reside no bairro Planalto. É natural de Pitangueiras, Estado de São Paulo e, veio para Uberlândia em 1985. É vendedora de vales-transporte e cartões telefônicos. Entrevista realizada na própria praça no dia 14/06/2003.

¹²⁷ **Sra. Durvalina**. Idem.

¹²⁸ **Sra. Durvalina**. Idem.

¹²⁹ **Sra. Durvalina**. Idem.

Sobre o porque de estar no trabalho de rua, a entrevistada disse-me que:

"(...)Ah, meu filho, na minha infância era muito difícil estudá (...) eu já trabalhei em lavoura de cana, em panha de laranja e, agora com minha idade tá tudo mais difícil, além da artrose (...) Mas eu já trabalhei de doméstica com carteira assinada (...) Se eu tivesse condição de trabalhá fichado, eu largava isso aqui (...) O trabalho com carteira assinada é mais garantido (...) Se tivesse outro meio eu mudava, mas isso é o meu meio de sobrevivência (...)”

A entrevistada confessou-me a necessidade do trabalho, pois sua filha tem problemas no coração e, precisa tomar o remédio, depende da medicação para sobreviver.

Ela encerrou a entrevista com uma fala de esperança no Lula:

"(...) Quando a pessoa perde a destreza no corpo, fica incapacitada pro trabalho, podia ser mais fácil aposentar (...) Eu tenho esperança do Lula consertá muita coisa (...) Mais tá tudo ficano cada vez mais difícil (...)”

No meu entendimento, o depoimento da Sra. Durvalina, esclarece de forma a não deixar dúvidas às perguntas colocadas no início do capítulo II. Contudo é importante considerar outros depoimentos sobre as razões do ingresso no trabalho de rua.

O Sr. Osmar¹³⁰, disse que após anos de contribuição à previdência social (INSS), esta não lhe garante uma aposentadoria suficiente para manter a si e à sua família:

"Então meio quilo de carne hoje, com 3 reais eu compro, é o que ganhei no correr do dia, no dia anterior. Então eu trabalho hoje prá comer amanhã”

Em reportagem já citada do dia 12/01/2003¹³¹, o jornal Correio, analisando a profissão de mascate, traz o depoimento de Edmar Soares, que diz "ter entrado nessa pela dificuldade de ingressar no mercado formal". "Se for procurar emprego, tem que fazer currículo, preencher formulário e ficar esperando uma vaga. Mas o problema é que a boca da gente não espera, e aí como é que faz?"¹³².

¹³⁰ **Sr. Osmar L. Silva**, amasiado, 52 anos, pai de 2 filhos. Veio de Conquista-MG, para Uberlândia em 1971. Sua “opção” em se tornar ambulante se deve ao fato de ter tido um AVC(acidente cardiovascular) que deixou seqüelas, obrigando-o a aposentar-se por invalidez. Entrevista realizada no 1º semestre de 2001.acervo de entrevistas do Antunes.

¹³¹ **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: Exemplar do dia 12 de janeiro de 2003, p. A-7. Idem.

¹³² **JORNAL CORREIO**. 12/01/2003. Idem.

Pablo¹³³, atribui sua escolha pelo trabalho de rua, por causa da “falta de opções”. “Primeiro lugar é porque não há serviço né. E depois, o governo atual não dá oportunidade de a gente é ... Se qualificar e ter uma coisa melhor (...) A gente tem que viver é de bico assim”.

Nas falas citadas acima se tem a idéia do trabalho de rua como uma atividade de quem não tem outra opção: a aposentadoria não dá, não tem qualificação, entrou por problema de saúde, espera oportunidade do governo, isto expressa uma falta de expectativa com o futuro, sendo que os ambulantes trabalham apenas para se manter(e alguns casos a si e sua família).

Segundo Antunes¹³⁴, a compreensão deste fato “é possível se pensarmos que as percepções advêm da experiência que esses trabalhadores acumulam na cidade. Ao mesmo tempo em que experimentam as dificuldades (...) Convivem também, em seu cotidiano com a propaganda veiculada pelas elites”.

Relativo às estratégias de sobrevivência, o jornal *Correio*¹³⁵, noticiou que os semáforos de Uberlândia, estavam servindo para as pessoas ganharem a vida vendendo mercadorias aos motoristas. Laranjas, bichos de pelúcia, balas, frutas, pães de queijo, entrega de panfletos, tudo é oferecido por crianças, adolescentes, adultos e idosos nos cruzamentos.

Segundo o jornal informa, a esquina das avenidas Rondon Pacheco e João Naves de Ávila é um dos pontos favoritos. O ambulante, Manoel Nogueira da Costa, natural do Piauí, em Uberlândia desde 1988, vende mercadorias neste cruzamento. Atualmente (set/2002) está vendendo bichos de pelúcia, mas sempre muda de mercadorias. “Eu troco de produto sempre, vendo o que dá lucro¹³⁶”.

¹³³ **Pablo Emilio Ferreira**, 23 anos, casado, pai de 3 filhos. Natural de Belo Horizonte-MG. Vende passe de ônibus na Praça Tubal Vilela. Sua esposa também exerce a mesma profissão. Entrevista realizada no 2º semestre 2001. Acervo de entrevistas de Antunes.

¹³⁴ Ver Antunes. Op. Cit. p. 76.

¹³⁵ **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: Exemplar do dia 27 de setembro de 2002, p. A-6. Título da reportagem: “Pessoas ganham a vida em semáforos”.

¹³⁶ **JORNAL CORREIO**. 27/09/2002. Idem.

Com a renda de R\$ 300, Manoel diz que sustenta a família(esposa e dois filhos) e, ainda paga a prestação de uma casa que comprou no Morumbi."Se eu não trabalhasse aqui, como faria isso?¹³⁷".

Para corroborar com minha avaliação de que a Praça Tubal Vilela tornou-se uma referência para as pessoas que precisam comercializar, principalmente passes, a fala do Sr. Alcindo¹³⁸ é contundente:

"(...) é tinha mais, agora tirou um pouco, mas tinha gente vendendo as coisas aqui. Vendendo não, tá aí pra vender, vender é pouco. entrou na cabeça do povo, na Tubal Vilela vende, na Tubal Vilela vende, e às vezes invoca todo mundo aqui (...)"¹³⁹.

A entrevista com a Sra. Edna¹⁴⁰, também reflete as faltas de opções no 'trabalho formal ', por causa de problemas de saúde, ela tem necessidade de trabalhar para comprar os remédios que não consegue no posto de saúde. O trabalho de rua nesse sentido seria para" suprir suas necessidades, já que na sua idade dificilmente será aceita no mercado de trabalho¹⁴¹ ".

"Eu comecei trabalhando de ambulante, aí a prefeitura tirou o ambulante, aí eu entrei no vale-transporte porque eu preciso trabalhar , porque eu tô com 41 anos, sou operada do coração, tomo muito remédio, não tenho o remédio de graça né, porque o governo não dá. Então eu tenho que trabalhar (...) Com a minha idade eu não arrumo emprego porque eu já tô com 41 anos, mais uma cirurgia... O INPS não me aposenta, então sô obrigada a trabalhar aqui mesmo, fazer o quê?(...) Aqui é o meu local de trabalho"¹⁴².

Sobre as dificuldades do dia a dia, a "vantagem do trabalho formal" Edna diz que:

"Tem pessoas que acham...É fácil você sentar e ficar aqui. Acha que isso é bom. Não é! É muito melhor se a gente... Oh, aqui você não tem direito a nada, você não tem direito a décimo terceiro, você não tem direito a férias. Você come o que ganha, você não tem um salário fixo, entendeu? E acha que isso é fácil mas não é, porque você senta aqui, tem dia que você não ganha nem o ônibus que você gasta pra vim aqui"¹⁴³.

¹³⁷ JORNAL CORREIO. 27/09/2002. Idem.

¹³⁸ Sr. Alcindo. Idem.

¹³⁹ Sr. Alcindo. Op.Cit.

¹⁴⁰ Sra. Edna Aparecida Pereira, 41 anos. Nascida em Pitangueiras no estado de São Paulo, veio para Uberlândia em 1986. Atualmente reside no bairro Tocantins. Trabalha na Praça Tubal Vilela há dois anos, vendendo vale-transporte a Azulzinha (jogo). A entrevista foi realizada na própria praça no dia 27/03/2002. Fita nº 05/11. Acervo de entrevistas da Kaita. (Grifos meus).

¹⁴¹ Ver Kaita. Op.Cit. p. 43.

¹⁴² Sra. Edna. Idem.

¹⁴³ Sra. Edna. Idem.

Esses relatos servem como referência no sentido de demonstrar as experiências, as expectativas, às decepções com o mundo do trabalho, o que auxilia na compreensão das relações dessa complexa economia baseada em centavos (pois segundo relatos dos ambulantes com a margem de lucro "dá pra viver" ganha-se R\$0,10 em cada passe) que constitui-se no trabalho de rua.

Até aqui demonstrei aspectos referentes aos conflitos e tensões estabelecidos entre ambulantes e prefeitura, sempre pautados num discurso unilateral (também demagógico) que não leva em consideração as "necessidades de sobrevivência" dos ambulantes e, menos ainda consideram "seus modos específicos de viver". Além disso, foi possível compreender através dos depoimentos orais experiências, expectativas e cotidiano dos ambulantes.

Aponto agora como os ambulantes desenvolveram estratégias para burlar a fiscalização, indo contra as formas de controle da prefeitura.

O Sr. Alcindo¹⁴⁴, diz que:

"Depois que já tava há muito tempo trabalhando, e já tinham me ameaçado (...) Aí pegaram meu carrinho lá ...Com a polícia... Aí eu peguei de volta e fui trabalhar mais uns dias, pegou de novo (...) Porquê já tava na dívida ativa (...) Aí eu paguei pra recadastrar, mais nunca mais procurei pra saber (...) Deve estar na dívida ativa ainda[risos]"

Esta fala demonstra que por estarem atuando pelas ruas da cidade, sem local determinado, há uma maior facilidade em burlar a fiscalização. Também há o sentido de que o trabalho é digno, como afirma o Sr. Osmar¹⁴⁵ "É melhor ser camelô pobre, mas honesto que ser rico fazendo 'bandulagem'".

No jornal foi possível perceber a tentativa de controle por parte da prefeitura e, como os ambulantes estabelecem complexas redes de relações que possibilitam a sobrevivência da atividade, além de justificativas para o ingresso no trabalho de rua.

"Para tentar paralisar esse comércio paralelo, vereadores de Uberlândia enviaram um projeto ao Sindicato do Transporte Alternativo e de Lotação do Triângulo Mineiro (SINTAL), com o objetivo de diminuir o valor da tarifa para com isso combater a venda clandestina de vales e passes (...) A maioria alega que está nesse setor devido à falta de emprego (...) 'Depois que sofri uma lesão nos olhos, fiquei praticamente incapacitado de

¹⁴⁴ **Sr. Alcindo Batista dos Santos**. Idem. Acervo de entrevistas de Antunes.

¹⁴⁵ **Sr. Osmar L. Silva**. Idem. Acervo de entrevistas de Antunes.

trabalhar em serviço pesado, então para não roubar resolvi vender os vales', argumenta (...) 'Eu compro, na maioria das vezes, a R\$0,80 e vendo por R\$0,85', explica um outro vendedor que também preferiu não ser identificado (...) Um comerciante, que preferiu ficar no anonimato, disse que colocou em sua loja uma placa anunciando a compra e a venda de vales para aumentar a renda no fim do mês. 'Tinha um funcionário que vendia pra mim na Praça Tubal Vilela, mas ele resolveu trabalhar por conta. Agora vendo em minha loja, consigo faturar às vezes, um salário mínimo por mês', esclarece. De acordo com a dona de casa, Lília Isabel da Cunha, vale a pena comprar os passes no mercado paralelo' uso quatro ônibus por dia e, ao fazer as contas, constatei que comprando passes mais baratos posso economizar mais de R\$ 20,00 por mês', avalia¹⁴⁶ ".

Um primeiro aspecto a avaliar é que por meio da fonte(jornal) observa-se o desejo de controlar a venda de passe pelos "poderes instituídos". Neste período as vans ainda disputavam com os ônibus das concessionárias da cidade os passageiros e, isto é claro incomodava as elites locais, tanto que em outubro/2001, as vans foram retiradas das ruas, constituindo-se o sistema passe-livre¹⁴⁷ ".

Porém o mais importante são as estratégias que são desenvolvidas numa complexa rede de relações. Rede esta que envolvia motoristas do "transporte alternativo" (vans); ambulantes que vendiam os passes; pessoas que vendiam os vales a um preço mais baixo, para complementar sua renda (como já citado, na época vendia-se, a R\$0,80 e, os ambulantes os repassavam a R\$ 0,85); a dona de casa que consegue economizar com a compra paralela; o dono da loja que num primeiro momento tinha até funcionário, pois este decidiu ficar por "conta própria". São tantos os vínculos que alguns talvez esta pesquisa não consiga abarcar.

Ressalto ainda a venda dos passes escolares, quando eram ainda de papel, mesmo sendo nominais (o nome vinha impresso no verso), os ambulantes conseguiam trocá-los com os cobradores de ônibus (que também faziam parte da rede). Somado a isso hoje, nas lojas próxima ao terminal central, você vê faixas e cartazes em lojas anunciando a venda, compra ou troca de passes.

¹⁴⁶ **JORNAL CORREIO**, Uberlândia: exemplar do dia 08 de fevereiro de 2000, p.B-1. Título da reportagem: "Vereadores querem diminuir valor de tarifa". Grifos meus.

¹⁴⁷ Passe Livre- Sistema de transporte que circula dentro dos bairros (não ultrapassa este limite), onde as vans apanham os usuários nos pontos estabelecidos e, os levam até o ponto de espera do ônibus (conexão).

Cabe dizer ainda que um dos motivos para o grande número de ambulantes nas proximidades do terminal central, acredito que seja pela quantidade de transeuntes que passam por ali, pessoas que sobem as escadarias para embarcar nos ônibus urbanos, além do “papelzinho de 15 minutos¹⁴⁸”, que os mesmos recebem e daí, descem até a Av. João Pessoa e compram os passes, sem ter que pagar nova passagem.

Concluo este capítulo certo de que tive pelo menos a boa intenção em apresentar aspectos relacionados ao trabalho de rua. A discussão nesse capítulo esteve atualizada em relação ao capítulo I, onde trabalho basicamente com a década de 90.

Tive possibilidade de apresentar fatores que considerei relevantes na compreensão do cotidiano e das experiências dos trabalhadores ambulantes, tais como: legislação, controle, estratégias de burlar o controle e, desta forma acredito ter contribuído no descortinamento de algumas nuances deste complexo mercado da economia popular. Reforço que há uma mobilidade muito grande dos trabalhadores ambulantes, que vêem a praça como um local de referência para comercializar seus produtos, mas não como um local de trabalho.

Considerações finais

Avaliando este trabalho que concluo, é preciso ter a humildade para dizer que, como aprendi durante o curso (nesse quatro anos e meio), a História é constituída de interpretações. Não existe uma História pronta e acabada, é um movimento incessante onde todos os indivíduos, são sujeitos históricos que constroem a História diariamente.

Nesse sentido é preciso dizer que esta é minha interpretação sobre o trabalho de rua na cidade de Uberlândia e, que não tenho a pretensão de afirmar que está tudo

¹⁴⁸ Este “papelzinho” é um comprovante entregue ao usuário, para que este possa sair da área interna(plataformas de embarque e desembarque) e, se dirigir a lojas, lanchonetes no piso superior do terminal, sendo que deve retornar com o “papelzinho” carimbado no verso, no máximo em 15 minutos, caso contrário pagará nova passagem. Citei isto porque é tempo suficiente para se descer até a Av. João Pessoa comprar passes e retornar.

correto (que esta é a verdade pronta e acabada), que foi isto "que aconteceu". É um trabalho que com certeza tem falhas, mas como disse o professor Doutor Paulo Roberto de Almeida no seminário de pesquisa, nenhuma pesquisa está totalmente concluída (não é a pesquisa de nossa vida), se agora eu retornar a ler esta monografia tenho certeza de encontrar pontos onde poderia aprofundar, mexer aqui, ali. Como afirmei no capítulo I, este é um pontapé inicial, pois até então nunca tinha tido a oportunidade de pesquisar e refletir sobre um tema específico. Além disso, continuo a afirmar que tanto meu trabalho como a da Kaita, podem e devem ser aperfeiçoados, cabe ainda dar-lhes continuidade, novas discussões devem surgir para o amadurecimento das reflexões.

Isto posto, as dificuldades encontradas na elaboração desta monografia foram várias. Desde o tempo que gasta em pesquisas de jornal, até problemas para digitar o trabalho (que foi digitado por mim (uma tartaruga) e na dependência dos computadores da UFU que são muito concorridos). Mas as principais que cito foram as seguintes: 1ª) por trabalhar, fica difícil conciliar horários para me dedicar à pesquisa; 2ª) o espaço de tempo para a coleta de dados na fonte e a passagem reflexiva dos mesmos para o papel (aliás passar para o papel é penoso) é extremamente curto, digo isto pois efetivamente comecei a pesquisar (com todas limitações) há um ano, e ao final para apresentar este trabalho "pronto", foi bastante corrido; 3ª) pelas limitações já citadas, não tive tempo hábil para realizar todas as entrevistas, entretanto tive acesso ao acervo de entrevistas de trabalhos anteriores, com os quais pude manter um diálogo; 4ª) a falta de experiência (da minha pessoa) para coletar, examinar e refletir sobre as informações colhidas nas fontes.

Minha principal preocupação foi a de realizar uma reflexão sobre o cotidiano e as experiências dos trabalhadores ambulantes na Praça Tubal Vilela. Por vezes para uma melhor compreensão das estratégias de sobrevivência desses trabalhadores, tive que sair do espaço determinado, principalmente por utilizar como fonte o jornal Correio, que aborda os ambulantes de forma geral na cidade (Terminal Central, semáforos) e, não se detém apenas a Praça Tubal Vilela. Mas como disse isto foi importante para compreender como esses sujeitos ocupam o meio urbano, se acomodam a ele e às vezes o modificam.

Isto vai de encontro ao que a professora Doutora Célia Rocha Calvo disse no seminário de pesquisa, sobre o que ela denomina de "sobrantes". Como estes buscam

novas estratégias, como estão se reorganizando, como estes sujeitos (no caso os ambulantes) buscam estratégias de resistência, transformação e modificação do meio urbano.

Concluo tendo a consciência de que pelo menos tive a boa intenção, em refletir sobre os trabalhadores ambulantes e, que nesse momento este trabalho está no limite da minha capacidade (com isso não estou querendo justificar ou me desculpar pelas falhas que podem ter ocorrido, mas simplesmente dizer que pelas circunstâncias do dia a dia (dificuldades), neste momento me sinto realizado pelo que produzi). Trouxe à tona a legislação que procura coibir a atividade, a pressão da CDL, à necessidade de se trabalhar para “ganhar a vida” (falta de opções), enfim as expectativas, trajetórias desses sujeitos sociais na cidade de Uberlândia.

Fontes

Imprensa:

Jornal Correio do Triângulo	setembro/1990 a agosto/1995
Jornal Correio	agosto/1995 a 2003

Internet:

Site do Portal da Prefeitura www.uberlandia.mg.gov.br

Fontes orais:

Sr. Alcindo Batista dos Santos, 71 anos, amasiado, pai de 5 filhos, atualmente aposentado. Mora em Uberlândia há 23 anos. Mesmo aposentado continuou na atividade de vendedor ambulante e, parou recentemente, no início de 2000, devido a problemas de saúde. Entrevista realizada o 1º semestre de 2001. Acervo de entrevistas de Antunes.

Sr. Django Alves da Silva, 30 anos, casado, 4 filhos. Natural de Currais Novos-RN. Está na cidade há 3 anos. Vendedor ambulante. Entrevista realizada no 1º semestre de 2001. Acervo de entrevistas de Antunes.

Sra. Durvalina dos Santos, 58 anos, reside no Bairro Planalto. É natural de Pitangueiras, Estado de São Paulo e, veio para Uberlândia em 1985. É vendedora de vales-transporte e cartões telefônicos. Entrevista realizada na própria praça no dia 14/06/2003.

Sra. Edna Aparecida Pereira, 41 anos. Nascida em Pitangueiras no Estado de São Paulo, veio para Uberlândia em 1986. Atualmente reside no Bairro Tocantins. Trabalha na Praça Tubal Vilela há dois anos, vendendo vale-transporte e Azulzinha(jogo). A entrevista foi realizada na própria praça, no dia 27/03/2002. Fita nº 05/11. Acervo de entrevistas da Kaita.

Sr. José Aguinaldo, 40 anos, solteiro, 5 filhos. Natural de Itapuã. Vive há 36 anos em Uberlândia. Ambulante/camelô. Entrevista realizada no 1º semestre de 2001. Acervo de entrevistas de Antunes.

Sr. Osmar L. Silva, amasiado, 52 anos, pai de dois filhos, originário do meio rural do município de Conquista-MG, vive em Uberlândia desde 1971. Sua “opção” em se tornar ambulante se deve ao fato de ter tido um AVC(acidente cardiovascular) que, tendo

deixado seqüelas, o obrigou a aposentar-se por invalidez. Entrevista realizada no 1º semestre de 2001. Acervo de entrevistas de Antunes.

Sr. Pablo Emílio Ferreira, 23 anos, casado, pai de 3 filhos. Natural de Belo Horizonte-MG. Vende passe de ônibus na Praça Tubal Vilela. Sua esposa também exerce a mesma atividade. Entrevista realizada no 2º semestre de 2001. Acervo de entrevistas de Antunes.

Sr. Ruilon, 52 anos. É do Estado da Bahia e atualmente mora em Uberlândia. Há um ano e oito meses trabalha na Praça Tubal Vilela, como vendedor de picolé. A entrevista foi realizada na própria praça, no dia 25/05/2002. Fita n.º 06/11. Acervo de entrevistas da Kaita.

Bibliografia:

ALVARENGA, Nízia Maria. *Movimento Popular, Democracia Participativa e Poder Político Local: Uberlândia 1983-1988*. In.: **História & Perspectivas**. Edufu. Uberlândia. Jan./ jun. 1991.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: Sader, Emir & Gentili, Pablo(orgs). **Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CAETANO, Coraly Gará (org.) et alii. **A Experiência dos Trabalhadores na Constituição das Relações Sociais no Espaço Urbano de Uberlândia (1950/1999)**. UFU/Cedhis/Dep. História – FAPEMIG. Uberlândia, 1999.

CALVO, Célia Rocha. **Muitas Memórias e Histórias de uma cidade: Lembranças e experiências de viveres urbanos . Uberlândia 1938-1990**. Tese Doutorado. Pr. Pós-graduação em História Social. Tese de Doutorado. SP. PUC, 2001.

DAGNINO, Evelina (org). **Anos 90 Política e Sociedade no Brasil**. Brasiliense. SP, 1994.

FAZENDA, Ivani(org). Pesquisa em História: Perspectivas e abordagens. In: **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1994. P. 119-136.

FENELON, Déa Ribeiro .In: *Trabalho, Cultura e História Social Perspectivas*. **Projeto História 4**. PUC. 1989.

_____. “O Historiador e a Cultura Popular: História de Classe ou História do Povo?”. In Revista **HISTÓRIA E PERSPECTIVA**, n. 6, Uberlândia: UFU, 1991

_____.(org.) **CIDADES**. Programa de História da PUC/SP, São Paulo: Olho d'água, dez/2000.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos dos Trabalho**. 2ª Edição. SP. Paz e Terra, 1988.

_____. **Sobre História**. SP. Cia das Letras, 1998.

HOGGART, Richard. As Utilizações da Cultura: Aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa, Editorial Presença. 1973.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. História Oral: uma Utopia? In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.13, nº 25/26, P. 7-16, set.92/ ago.93.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação Urbana**. RJ. Paz e Terra, 1980.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002. P. 25-47.

MEDEIROS, E. Antunes de. **Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade- Uberlândia- 1970/2001**. Dissertação de mestrado: UFU, Uberlândia, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom(org). **(Re)Introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MORAIS, S. P. **‘Trabalho e Cidade: Trajetórias e Vivências de trabalhadores carroceiros na cidade’**. **Uberlândia 1970-200**. Pr. Pós-graduação em História Social. Dissertação de Mestrado, Uberlândia. UFU, 2002.

NEVES, Magda. **Trabalho e Cidadania**, Rio de Janeiro, Vozes, 1993.

OLIVEIRA, Kaita Queiroz de. **A Praça Tubal Vilela na memória e vivência de moradores Uberlândia: 1940-2002**. Trabalho de monografia: UFU, Uberlândia, 2002.

PETUBA, Rosângela M.^a Silva. **Pelo direito à cidade: Experiência e Luta dos Trabalhadores Ocupantes de Terra do Bairro Dom Almir – Uberlândia - 1990-2000**. Pr. Pós-graduação em História Social. Dissertação de Mestrado, Uberlândia. UFU, 2001.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Trad. Maria T. J. Ribeiro. SP, CEDIC-PUC/SP, mimeo, 1995.

_____. "A filosofia e os fatos, narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais". In TEMPO, Revista do Departamento de História da UFF, n. 2 , dez. 1996, pp. 53-72.

_____. "Sonhos Ucrônicos, memórias e possíveis mundos dos trabalhadores". In **Projeto-História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: EDUC, n. 10, dez/1993, pp. 41-58.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**. 2^a Edição. Paz e Terra, 1991.

SILVA, Eduardo. **As Queixas do Povo**. RJ, Paz e Terra, 1988.

SILVA, Lúcia. A cidade do Rio de Janeiro nos anos 20: urbanização e vida urbana. In: **Cidades**. PUC-SP: Olho d'água, dez/2000. P.55-84.

SOARES, Beatriz. **Habitação e produção do espaço em Uberlândia**. Dissertação de Mestrado. SP. Dep. Geografia Humana/USP, 1988.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação História Oral e as memórias. In: **Projeto História**. São Paulo: nº 15, abril/1997. P. 51-84.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 3 Volumes. Trad. Denise Bottmann, Paz e Terra, RJ, 1987.

_____. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**. Zahar Editores. RJ 1987.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VIEIRA, Maria do Pilar Araújo e outras. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1998.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Zahar. RJ, 1987